

**MILENE HOLANDA NANTES**

**A FORMAÇÃO DA GESTANTE NA OMEP/BR/MS:  
POTENCIALIDADES SOB A ÓTICA DO  
DESENVOLVIMENTO LOCAL**



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
MESTRADO ACADÊMICO  
CAMPO GRANDE - MS  
2014

**MILENE HOLANDA NANTES**

**A FORMAÇÃO DA GESTANTE NA OMEP/BR/MS:  
POTENCIALIDADES SOB A ÓTICA DO  
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Mestrado Acadêmico, da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Profª. Drª. Maria Augusta de Castilho.



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
MESTRADO ACADÊMICO  
CAMPO GRANDE - MS  
2014

## Ficha catalográfica

Nantes, Milene Holanda

N191f A formação da gestante na OMEP/BR/MS: potencialidades sob  
a ótica do desenvolvimento local / Milene Holana Nantes; orientação  
Maria Augusta de Castilho, 2013.

78 f.

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) - Universidade  
Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

1. Desenvolvimento local 2. Mulheres grávidas I. Castilho, Maria  
Augusta de II. Título

CDD – 618.2

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Título:** A Formação da Gestante na OMEP/BR/MS: Potencialidades sob a Ótica do Desenvolvimento Local

**Área de Concentração:** Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades.

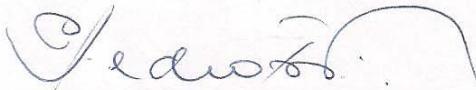
**Linha de Pesquisa:** Desenvolvimento Local: Cultura, Identidade, Diversidade.

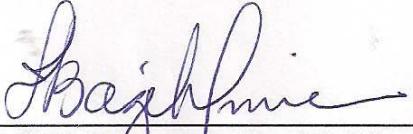
Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

**Exame de Defesa aprovado em: 26 / 02 / 2014**

### BANCA EXAMINADORA

  
Profª Drª Maria Augusta de Castilho  
Universidade Católica Dom Bosco

  
Profº Drº Pedro Pereira Borges  
Universidade Católica Dom Bosco

  
Profª Drª Terezinha Bazé de Lima  
Centro Universitário da Grande Dourados

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar a Deus por me proporcionar sabedoria e a vontade de vencer esse grande desafio.

À minha mãe, Maria Leci, que compartilhou dos meus objetivos e os alimentou, sempre me incentivando a prosseguir, apesar dos meus medos e das minhas indecisões.

À memória do meu pai, Ildeu - meu iluminador - pelo exemplo de dignidade, perseverança e força espiritual.

Aos meus irmãos Murilo e Thiago, que contribuíram para a concretização deste grande sonho.

À Organização Mundial para Educação Pré-Escolar - OMEP/BR/MS, pela concessão de ajuda financeira e por acreditar na valorização de seus colaboradores, na pessoa da presidente Maria Aparecida Salmaze, além de disponibilizar seu acervo histórico e o campo de aprendizagem aonde tive a oportunidade de executar a pesquisa.

À professora Doutora Maria Augusta de Castilho, pelo profissionalismo com que conduziu a orientação deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Pedro Pereira Borges, pelas sugestões feitas no Exame de Qualificação.

Aos professores que possibilitaram a compreensão do Desenvolvimento Local e sua importância no contexto territorial e cultural.

A todos que, de forma direta e indireta, colaboraram para a efetiva finalização deste trabalho.

Você não sabe  
O quanto eu caminhei  
Prá chegar até aqui  
Percorri milhas e milhas  
Antes de dormir  
Eu nem cochilei  
Os mais belos montes  
Escalei  
Nas noites escuras  
De frio chorei, ei, ei  
Ei! Ei! Ei! Ei! Ei!...

A vida ensina  
E o tempo traz o tom  
Prá nascer uma canção  
Com a fé do dia-a-dia  
Encontro a solução  
Encontro a solução...

Quando bate a saudade  
Eu vou pro mar  
Fecho os meus olhos  
E sinto você chegar  
Você, chegar...

[...]

Meu caminho só meu pai  
Pode mudar  
Meu caminho só meu pai  
Meu caminho só meu pai...

(A estrada, Toni Garrido, Lazão, Da Gama, Bino)  
(1998)

## RESUMO

O trabalho que aqui se apresenta, intitulado *A formação da mãe gestante na OMEP/BR/MS: potencialidades sob a ótica do Desenvolvimento Local*, foi desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado, na área de concentração em Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades, na Linha de Pesquisa 1 - Desenvolvimento local: cultura, identidade e diversidade, da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. O estudo deu-se a partir do princípio da análise do projeto social Espaço da Mãe Gestante sob a ótica do Desenvolvimento Local, desenvolvido pela Organização Mundial para Educação Pré-Escolar - OMEP/BR/MS, em Campo Grande - Mato Grosso do Sul. A pesquisa partiu do princípio de o projeto social da OMEP/BR/MS estar ligado às relações sociais endógenas da comunidade do bairro Tiradentes, norteando as práticas de seus agentes partícipes do Desenvolvimento Local, possibilitando que eles sejam os facilitadores da construção e reconstrução dos atores da comunidade de mães no referido bairro. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos: - refletir sobre a participação e adesão das mães gestantes do bairro Tiradentes no projeto da OMEP/BR/MS; - identificar metodologias de formação para as mães gestantes, salientando a importância da preservação da cultura, e a concepção que o sujeito se perceba como parte do processo. Dessa forma, a comunidade viverá em seu território, mantendo e preservando sua cultura local e participando ativamente das ações propostas pela OMEP/BR/MS. A pesquisa foi pautada no método indutivo, com abordagem quanti-qualitativa, com reflexões teóricas que abordam conceitos sobre território, territorialidade, comunidade, desenvolvimento local, dentre outros. Optou-se também por observações *in loco*, aplicação de questionários, entrevistas, com interpretações e análise, oferecendo reflexões sobre as mães gestantes e suas relações com os profissionais da OMEP/BR/MS. Assim, nesse sentido, o Projeto Social pode mudar o rumo de uma comunidade sendo estratégia para o desenvolvimento local mediante a utilização de seus atores como protagonistas da localidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Local. Formação. Mãe Gestante. Território.

## ABSTRACT

The work presented here, entitled: The formation of the expectant mom in OMEP/BR/MS: potential from the perspective of Local Development, was developed in the Graduate Program in Local Development - Master, in the area of concentration in Local Development context of territoriality, the Research Line 1 - Local development: culture, identity and diversity, Don Bosco Catholic University - UCDB. The study took place from the beginning of the analysis of the design space of social Pregnant Mother from the perspective of Local Development, developed by the World Organization for Preschool Education - OMEP/BR/MS in Campo Grande - Mato Grosso do Sul. The study assumed the social project of OMEP/BR/MS be linked to endogenous social relations of Tiradentes neighborhood community, guiding the practices of its participants agents of local development, enabling them to be facilitators of construction and reconstruction of the actors community of mothers in that neighborhood. To this end, the following objectives were established: - reflect on the participation and membership of pregnant mothers in the neighborhood of Tiradentes OMEP/BR/MS Project; - Identify training methodologies for pregnant mothers, stressing the importance of preserving culture, and the conception that the subject is perceived as part of the process. Thus, the community will live in its territory, maintaining and preserving their local culture and actively participating in the actions proposed by the OMEP/BR/MS. The research was based on the inductive method, quantitative and qualitative approach, with theoretical reflections that address concepts of territory, territoriality, community, local development, among others. Also opted for in situ observations, questionnaires, interviews with interpretations and analysis, offering reflections on pregnant mothers and their relationships with professionals in the OMEP/BR/MS. Thus, in this sense, the social project can change the direction of being a community strategy for local development through the use of its actors as protagonists of the locality.

**KEYWORDS:** Local Development. Training. Pregnant Mother. Territory.

## **LISTA DE SIGLAS**

FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEMS	- Instituto de Educação Marisa Serrano
ODM	- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMEP	- Organização Mundial para Educação Pré-Escolar
OMEP/BR/MS	- Organização Mundial para Educação Pré-Escolar em Mato Grosso do Sul
OMEP/Brasil	- Organização Mundial para Educação Pré-Escolar no Brasil
ONGs	- Organizações Não-Governamentais
UBS	- Unidade Básica de Saúde

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Períodos da educação no Brasil.....	18
<b>Figura 2</b> - Finalidades da OMEP/BR/MS .....	38
<b>Figura 3</b> - Antiga sede da OMEP/BR/MS .....	40
<b>Figura 4</b> - Vista frontal da atual sede da OMEP/BR/MS .....	40
<b>Figura 5</b> - Participantes do projeto Espaço Mãe Gestante e equipe.....	45
<b>Figura 6</b> - Avaliação nutricional das participantes do projeto .....	46
<b>Figura 7</b> - Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) .....	51
<b>Figura 8</b> - Usuárias do projeto Mãe Gestante.....	53

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1</b> - Idade das mães gestantes.....	54
<b>Gráfico 2</b> - Profissão das mães gestantes.....	55
<b>Gráfico 3</b> - Localidade da residência das gestantes .....	56
<b>Gráfico 4</b> - Cor das mães gestantes.....	57
<b>Gráfico 5</b> - Período inicial no Espaço Mãe Gestante.....	58
<b>Gráfico 6</b> - Número de gestação das participantes .....	59

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	11
<b>1 CAPITAL HUMANO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL .....</b>	14
1.1 CAPITAL HUMANO E SOCIAL .....	14
1.2 EDUCAÇÃO .....	16
1.3 ESPAÇO, LUGAR E LOCAL .....	23
1.3.1 O espaço.....	23
1.3.2 O lugar e o local .....	25
1.4 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE .....	26
1.5 COMUNIDADE E SENTIMENTO DE PERTENÇA .....	28
1.6 DESENVOLVIMENTO LOCAL .....	30
<b>CAPÍTULO 2 - A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL PARA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - OMEP/BR/MS E O PROJETO ESPAÇO MÃE GESTANTE .....</b>	36
2.1 HISTÓRICO DA OMEP/BR/MS.....	36
2.2 ESPAÇO DA MÃE GESTANTE .....	43
<b>CAPÍTULO 3 - O ESPAÇO DA MÃE GESTANTE E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR - OMEP/BR/MS .....</b>	48
3.1 DISCUSSÕES DOS RESULTADOS .....	52
3.1.1 O perfil das usuárias do projeto .....	53
3.1.2 Avaliação do Espaço Mãe Gestante pelas usuárias .....	60
3.1.3 Avaliação do projeto pela ótica da entidade .....	61
3.2 ASPECTOS RELEVANTES DO ESPAÇO MÃE GESTANTE .....	62
3.3 ASPECTOS DIFÍCULTADORES DO ESPAÇO MÃE GESTANTE .....	64
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	66
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	70
<b>APÊNDICES .....</b>	73

## INTRODUÇÃO

Na atual sociedade, denominada “sociedade da informação”, estabelecem-se costumes de acordo com a influência dos meios de comunicação. A cultura, os processos educacionais e as competências requeridas passam por uma crise de pensamentos sem precedentes.

Diante de uma sociedade que busca cada vez mais adquirir informação é preciso potencializar e instigar o desenvolvimento local como ferramenta alternativa para comunidades que normalmente são esquecidas nos planos de desenvolvimento econômico do país, pelo fato de muitas nem possuírem estrutura básica como moradias, produção e qualidade de vida e acabam por não representar locais potenciais de empregabilidade, comércio e instalação industrial, abrindo caminho para o assistencialismo.

Tendo como fundamento principal os pressupostos teóricos que servem como fonte para a elaboração do conceito de desenvolvimento local, a pesquisa em tela focaliza o Espaço da Mãe Gestante com potencialidades para ações que contemplem atividades comunitárias desenvolvidas pela entidade sem fins lucrativos - Organização Mundial para Educação Pré-Escolar - OMEP/BR/MS, localizada no bairro Tiradentes, na cidade de Campo Grande-MS, analisando-a a partir da perspectiva local.

Foram utilizados vários autores para embasar a pesquisa no tocante aos pressupostos teóricos voltados para os estudos relacionados com as temáticas discutidas nos próximos capítulos. Dentre esses autores e temáticas mencionam-se: capital humano/social - Bourdieu (1998) e Putnam (1996); educação - Freire (1994, 2002) e Romanelli (2010); espaço/lugar/local - André (1998), Santos (1996) e Tuan (1983); território - Andrade (1995) e Santos (2002); territorialidade - Santos (1997);

sentimento de pertença - Castells (2003), e o desenvolvimento local - Bresser-Pereira (2003) e Dowbor (2007), entre outros.

O estudo insere-se na linha de pesquisa do Mestrado em Desenvolvimento Local, cuja área de concentração é o desenvolvimento local no contexto das territorialidades e patrimônio cultural.

O problema da pesquisa - de se constatar ou não o protagonismo dos atores da comunidade (mães gestantes), do bairro Tiradentes, na gestão do Projeto Mãe Gestante da OMEP/BR/MS - diz respeito a como efetivamente vem se dando o processo de participação da população e suas iniciativas nos processos de gestão para a solução dos problemas comuns nas especificidades do cotidiano vivido na comunidade do bairro Tiradentes que impliquem a consolidação da função social da propriedade.

A pesquisa foi realizada com os objetivos de 1) refletir sobre o projeto Espaço da Gestante e a necessidade de formação por meio do desenvolvimento de competências afetivas e cognitivas e 2) analisar os movimentos gerados no grupo de mães gestantes por meio do diálogo, da troca de experiências, das reflexões suscitadas a cada encontro e relatar as mudanças ocorridas na entidade e na estrutura dos atores envolvidos, procurando construir outras possibilidades e ideias de proposta para o projeto.

Além disso, a pesquisa também analisa a pertinência das iniciativas da OMEP, sobretudo o departamento de projetos, demonstrando a complexidade dos desafios institucionais envolvidos na construção de uma educação voltada para a promoção da igualdade, sem desconsiderar os saberes, as práticas e a cultura popular. Dessa forma, é imprescindível que o sujeito agente se identifique como parte do processo, para que a comunidade se transforme em território permanente para os indivíduos que nela vivem, território mantido e preservado como local próprio e a ele pertencente. O indivíduo integra-se no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade com interesses comuns, no sentido de ela mesma se tornar apta a agenciar e gerenciar suas finalidades, respaldando as ações do Desenvolvimento Local.

Nessa concepção, este trabalho traz reflexões que abordam as condições históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas de um grupo de mulheres gestantes do bairro Tiradentes, de fundamental importância para que o Desenvolvimento Local não se torne uma alavanca de intencionalidades disfarçadas de assistencialismo ou de intenção unilateral do poder público.

Para a consolidação deste trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica explicativa e argumentativa, respaldada por pesquisa de campo, mediante a aplicação de questionário para as mães gestantes integrantes do projeto, para os coordenadores atuantes no Projeto Mãe Gestante, com o objetivo de comprovar a hipótese de que a formação e o protagonismo são mecanismos fundamentais e estratégias decisivas para o desenvolvimento local.

O questionário aplicado serviu para dar suporte às concepções e aos entendimentos pré-formatados sobre a efetiva importância do projeto e da formação, tanto para aqueles que buscam a formação no projeto, quanto para aqueles que se dispõem a executar o projeto com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das mães gestantes do Bairro Tiradentes.

O presente estudo está dividido em três capítulos, sendo que o primeiro apresenta uma breve retomada dos conceitos de educação no Brasil, destacando que a educação é um mecanismo de formação social para os atores da comunidade local. O estudo apresenta também a teorização referente ao Desenvolvimento Local e seus mecanismos que precisam ser analisados, com o objetivo de compreender os aspectos de cada território, atentando para o protagonismo endógeno dos atores locais e para o desabrochamento de potencialidades do local.

O segundo capítulo versa sobre a retomada histórica da OMEP, enfatizando os aspectos da territorialidade, do capital social e da participação da comunidade do bairro Tiradentes via Projeto Mãe Gestante.

No terceiro capítulo encontra-se a análise da pesquisa do Espaço da Mãe Gestante da OMEP/BR/MS, enquanto instituição do terceiro setor que atua na área da educação, buscando desenvolver o projeto que permeia as diversas potencialidades do local. Em seguida, são apresentadas as considerações finais e as referências.

# 1 CAPITAL HUMANO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

## 1.1 CAPITAL HUMANO E SOCIAL

Existem várias maneiras de melhor analisar o conceito de capital. Em todas as suas estruturas esse conceito constitui a chave para abrir a porta do funcionamento e da classificação das relações sociais. Essa classificação merece grande atenção, a partir da junção de uma comunidade, as relações interpessoais que geram e os sentimentos que nela desabrocham em especial o de pertencimento a determinado local.

Bourdieu (1998, p. 67) define o capital social como

O conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis.

Dentro do Projeto Mãe Gestante da OMEP/BR/MS, é possível identificar esse interconhecimento, as interações entre as mães que buscam a formação sobre como cuidar dos filhos recém-nascidos e relatam suas experiências e reconhecimento da proximidade, pois se encontram num período em que sua rotina de vida vai sofrer alteração com o nascimento do seu filho.

Ainda em relação ao capital social, um dos grandes teóricos sobre o tema é Putnam. Nele há uma tradição que Prates *et al.* relacionam capital social com a coletividade.

Uma característica específica do capital social - confiança, normas e cadeias de relações sociais - é o fato de que ele normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado (PUTNAM, 1996, p. 180).

Ao se analisar o grupo de mães que participa do projeto Espaço Mãe Gestante podem ser identificadas ações voltadas do individual para o coletivo, conforme aponta Sandrini (*apud* MORETTO, 1997, p. 41):

Capital humano é o conjunto de investimentos destinados à formação educacional e profissional de determinada população. [...] O termo é utilizado também para designar as aptidões e habilidades pessoais que permitem ao indivíduo aferir uma renda. Esse capital deriva de aptidões naturais ou adquiridas no processo de aprendizagem. Nesse sentido, o conceito de capital humano corresponde ao de capacidade de trabalho.

Diante do pensamento de Sandrini (*apud* MORETTO, 1997), destaca-se que as habilidades sociais de cada mulher são disseminadas para todo o projeto, confirmando o pensamento de Putnan de que as ações do individual passam para o coletivo.

Para Fukuyama (2000), a condensação do capital social na comunidade se dá por intermédio do sentimento de confiança, cujos laços são criados pelo conjunto de valores e costumes da comunidade, despertando o sentimento de pertencimento ao lugar.

Contribuindo com o pensamento de Fukuyama, Colemam (1999, p. 20) cita o capital social como:

[...] uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: todas elas consistem de algum aspecto das estruturas sociais, e elas facilitam certas ações de certos atores - sejam elas pessoas ou atores em agregado - dentro da estrutura. Como outras formas de capital, o capital social é produtivo, tornando possível a consecução de certos fins que na sua ausência não seriam possíveis. Como o capital físico e o capital humano, o capital social não é totalmente tangível, mas pode ser específico para certas atividades.

Para Coleman (1999), o capital social deve ser analisado como um instrumento para os atores da comunidade. Sendo assim, é construído a partir das alterações das relações sociais respeitando a identidade local, ou seja, o capital

social depende do fazer individual para a produção de um bem coletivo e tem como base a confiança e a reciprocidade dentro de um mesmo território.

Complementando as informações dos autores acima, Ávila (2000, p. 68) acrescenta que “o núcleo conceitual de desenvolvimento local consiste essencialmente no efetivo desabrochamento das capacidades, competências e habilidades de uma comunidade definida”, isto é, o capital social contribui para as ações baseadas em desenvolvimento local desde que despertem a partir de dentro da comunidade para fora as suas capacidades ou habilidades.

Esses mecanismos contribuem para que a própria comunidade encontre a solução para os conflitos que possam existir ou que venham a surgir no decorrer do projeto baseado no que se pode chamar de cooperação entre os membros, nas premissas do Desenvolvimento Local. Corroborando nesta mesma linha de pensamento, Martelete e Silva (2004, p. 48) acrescentam:

O capital humano é definido como as normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais. Dessa forma, são dependentes de interação entre, pelo menos, dois indivíduos. Assim, fica evidente a estrutura de rede por trás do conceito de capital social, que passa a ser definido com um recurso da comunidade, construído pelas suas redes de relações.

O capital humano e social de uma comunidade influenciam no fornecimento de maiores conhecimentos e habilidades e, por resolver problemas e superar dificuldades regionais, contribui com a sociedade de forma individual e coletiva.

## 1.2 EDUCAÇÃO

A educação é considerada como uma das bases do desenvolvimento. A escola tem como missão educar para modificar a pessoa e a sociedade. Analisando o pensamento de Paulo Freire, quanto às relações sujeito-sujeito e sujeito-mundo, verifica-se que esses termos são indissociáveis. O autor afirma que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatisados pelo mundo”. Paulo Freire corrobora essa ideia:

Entretanto, através da educação, podemos de saída compreender o que é o poder na sociedade, iluminando as relações de poder que a classe dominante torna obscuras. Também podemos nos preparar e participar de programas para mudar a sociedade (FREIRE, 1994, p. 44).

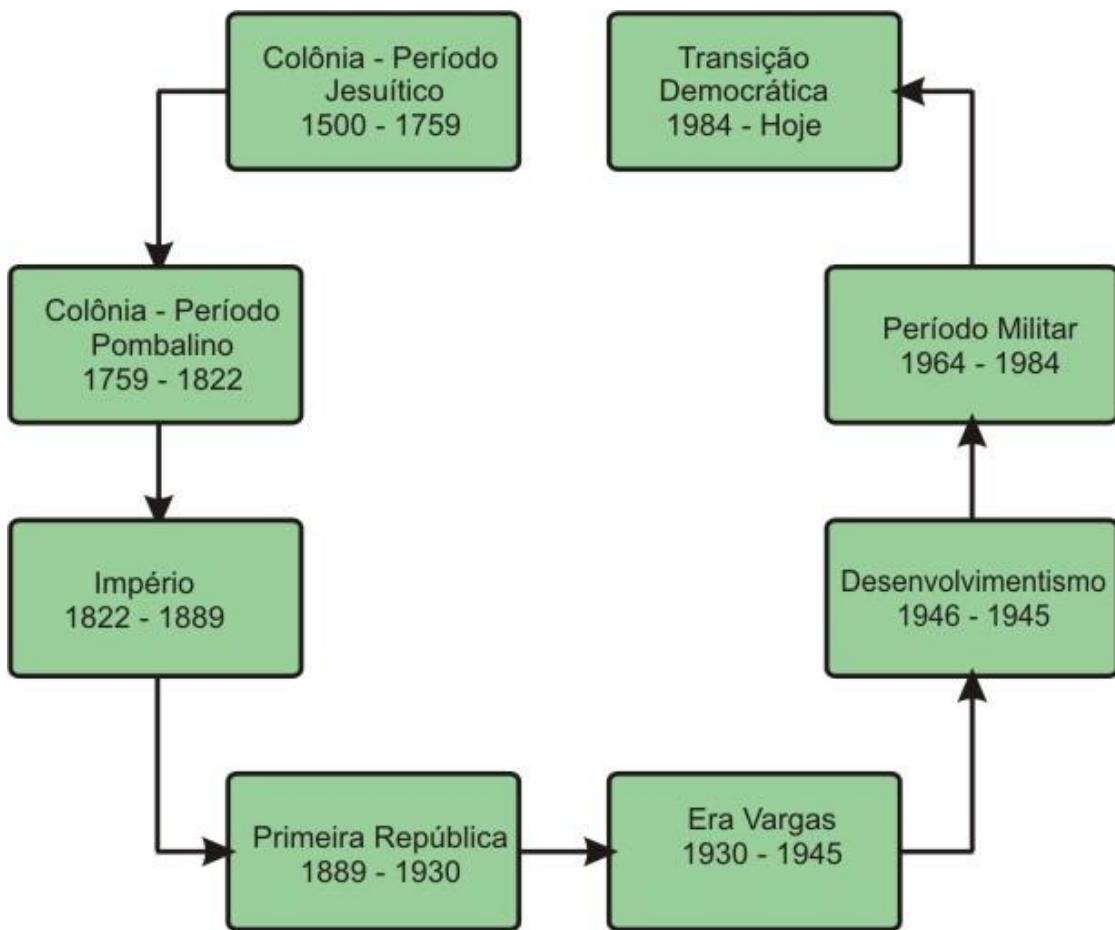
Romaneli (2010, p. 23) apoiando-se em Paulo Freire troca apenas o texto, mas a ideia continua a mesma: “[...] fato de o homem “estar no mundo” e com ele relacionar-se transformando-o e transformando-se”.

Dentre vários conceitos de educação, destaca-se aqui o de Maturana (1999), para quem o ensino é um instrumento de preparação dos homens percebido como um processo de interação que ocorre o tempo todo, confirmando o conviver em comunidade e apresentando os resultados de longa duração, suas características conservadoras, além de sua constituição como via de mão dupla onde quem ensina é, ao mesmo tempo, ensinado, como propõe o conceito de Paulo Freire citado anteriormente. Esse processo abrange uma temática ampla, que vai além do ambiente escolar e a contextualiza no âmbito das práticas educativas também em espaços da comunidade.

Se a educação formal é fruto de intencionalidade, a social é a herança que o indivíduo obtém das condições históricas. Sua estrutura efetiva-se a partir das políticas sociais da comunidade que tinha como objetivo melhorar as condições de vida para todos os integrantes da própria comunidade. Com essa estrutura, o estado tende a produzir e distribuir bens e serviços nos setores sem fins lucrativos ou de pouco interesse para o capital privado: educação, saúde, cultura, habitação, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

A seguir é apresentado um diálogo entre diversos autores que irão registrar a época, os saberes e as experiências produzidas no campo da educação.

Para dialogar com o tema educação brasileira precisou fazer uma viagem ao passado e conhecer os períodos da história da educação (Figura 1).



**Figura 1** - Períodos da educação no Brasil (elaborado pela autora).

Romanelli (2010) relata que a educação, no período colonial, era o catecismo e poucos tinham acesso à escola; os filhos primogênitos e as mulheres eram excluídos. Era dominada pelo clero e fechada para o espírito crítico de análise, à pesquisa e à experimentação.

Com a expulsão dos jesuítas houve alteração na estrutura educacional do país, e o estado assumiu a responsabilidade pela educação.

O ensino era respaldado na submissão, obediência às autoridades e ao regime aristocrático, quando o correto deveria ter incentivo à originalidade, à iniciativa e à força criadora individual de cada ator.

Com o desenvolvimento da economia em virtude da mineração surgiu uma nova camada intermediária que se deu conta de que a ascensão social e o prestígio são possíveis graças à educação. Essa ação da classe intermediária iria gerar uma compreensão do sistema dominante porque o Brasil estava passando ou

passa até hoje. Verificou-se, então, a fragilidade do atendimento educacional às camadas populares.

Didonet (2001) apontava para a mesma observação, segundo a qual atualmente os Centros de Educação Infantil - CEINF tinham a mera função de abrigar os filhos, enquanto as mães trabalham sem atentar para a formação da criança:

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche (DIDONET, 2001, p. 13).

Os períodos subsequentes da política brasileira (colônia, império e república) não apresentaram formas concretas de educação infantil, mas houve algumas tentativas de organização de creches, asilos, orfanatos que surgiram com um caráter assistencialista, com o objetivo de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas (PASCHOAL; MACHADO, 2009).

Romanelli (2010) faz uma crítica ao sistema de ensino arcaico, seletivo e autoritário que contribui para a criação de obstáculos para o processo do desenvolvimento econômico, que está exigindo mudanças do sistema educacional para se reestruturar.

Essa é a herança deixada pela educação brasileira, cuja origem vem da colonização do Brasil. Segundo Romanelli (2010), a função do ensino era manter privilégios entre as classes não sendo capaz de formar profissionais para a demanda do desenvolvimento. Por isso, tivemos uma educação conservadora de valores antigos e culturais.

Para Romanelli (2010, p. 23), a educação para o desenvolvimento:

[...] teoricamente não é um conceito fácil de se construir, já que trata de pensar a educação num contexto profundamente marcado por desníveis. E pensar a educação num contexto é pensar esse

contexto mesmo: a ação educativa processa-se de acordo com a compreensão que se tem da realidade social em que se está imerso.

O resultado do processo precisa ser relatado a outros atores da comunidade, pois ajuda os outros atores tornando-se solidários com eles, ou seja, comunicando-se com sua sociedade na qual está inserido.

Os autores envolvidos precisam se sentir inseridos e identificados com as atividades desenvolvidas, trazendo consigo o sentimento de ser capaz de transformar, de se adaptar, de modificar, de produzir novas ideias e se reinventar, de se comunicar conforme a sua forma de expressão. Em suma, manifestar-se dentro da sua comunidade (FREIRE; GUIMARÃES, 1982).

A trajetória de vida precisa ser construída passo a passo, desde o nascimento até os dias atuais, de acordo com o território vivido de cada indivíduo, facilitando assim o desabrochamento do sentimento de pertença e planejando em cada etapa. D'Avila (1998, p. 31) extrai a conclusão que o sentimento de pertença “[...] se constroem aos poucos, pelo cultivo familiar de pendores familiares, inicialmente, e, a seguir, segundo as possibilidades surgidas em um espaço de relações, que transcende as expectativas construídas no estrito círculo da família”.

Romanelli (2010) complementa o pensamento de Ávila (1998) e chama a atenção para compreensão do território particular de cada indivíduo e como se dão as suas interações como meio em que vive, fator que contribui para o desabrochamento das relações de pertencimento.

Segundo Romanelli (2010, p. 20):

Na medida em que o homem percebe e aceita o desafio do meio, sente-se compelido a utilizar e explorar sua imaginação, sua inteligência, sua capacidade física de agir, enfim, sente-se compelido a atualizar as qualidades integrantes de sua condição humana, o que faz com que ele se torne mais homem em cada gesto cultural.

Ainda aproveitando as ideias de Romanelli (2010), a cultura não sobrevive sem o seu meio social, ela precisa dos instrumentos do meio social para continuar a viver dos costumes, das trocas de culturas sociais, partindo do costume individual para a coletividade dentro do território.

Na direção da educação, podem-se analisar os ideais das Organizações Não-Governamentais (ONGs), bem como de instituições públicas, com a finalidade

de desempenhar atividades para minimizar a formação dos excluídos da sociedade, que compõem as comunidades populares, visando oferecer uma melhor qualidade de vida às pessoas. Moura (*apud* MAKARENKO, 1989, p. 229) esclarece o sentido dos projetos de desenvolvidos por essas Organizações:

Na sua maioria, esses projetos referenciam uma educação voltada à cidadania, não mais no sentido da garantia da participação e organização da população civil, na luta contra o regime militar, tal como ocorria no período dos anos 1970 e 1980, mas no sentido de uma cidadania ressignificada para o exercício da civilidade, da responsabilidade e para a responsabilização social de todos.

De acordo com Oliveira e Haddad (2001), desde os anos 1960-1970 as associações civis sem fins lucrativos, provenientes das igrejas, partidos políticos e universidades, realizavam um trabalho social junto às populações menos favorecidas, principalmente no que tange à educação e aos direitos humanos.

Para Petrus (1998), a educação social define-se não apenas pelas funções sociais que historicamente têm sido da sua competência, mas também por aquelas que, em resposta às necessidades derivadas do estado de bem-estar providente, tornam-se exemplo de necessidade para o desenvolvimento humano, para a construção de uma nova sociedade e para o futuro.

Chega-se à conclusão de que não é a entidade que determina o caráter da educação popular, mas os atores envolvidos no processo pelas suas diversidades e singularidades, pelas formas com que são privadas de sua humanidade como também a luta pelos seus direitos e dignidade humana.

Em relação ao desenvolvimento do projeto Espaço Mãe Gestante, esse projeto encontra-se numa encruzilhada: A OMEP oferece o projeto de acordo com a proposta elaborada, e precisa formar agentes para que desperte na comunidade de mães gestantes o desabrochamento delas, fornecendo mecanismos para que se sintam parte integrante do território do projeto.

O projeto elaborado inicialmente pela OMEP/BR/MS, provavelmente sofrerá, e/ou é o resultado que a instituição procura atingir, alterações por parte das mães gestantes, colocando as experiências da sua vivência, a sua cultura, o que aprendeu com outras pessoas de sua geração passada, e ainda compartilhando outras potencialidades com as demais mães gestantes.

Romanelli (2010) demonstrou que os diferentes modelos de crescimento adotados ao longo de nossa história consideraram o setor educacional de forma secundária, fazendo-o crescer sempre a partir da demanda passada e não planejando seu crescimento de forma a atender a demanda futura. Nos períodos de crescimento econômico mais significativo o equívoco de tais políticas se torna mais agudo e são retomados com ênfase os discursos sobre o fracasso escolar, a formação deficitária dos professores e a defasagem, em termos de recursos tecnológicos, das escolas públicas.

Como afirma Ortega (1999), hoje se sabe que há muito mais educação fora do que dentro do sistema escolar e que este deverá procurar sempre o objetivo da educação “ao longo da vida”.

Trilla (2003, p. 44), ao analisar os diversos conceitos e definições e a limitação no uso da educação social e no entendimento desse termo, afirma que essa limitação ocorre quando:

- 1) dirigem-se, prioritariamente, ao desenvolvimento da sociabilidade do sujeito;
- 2) destina-se de forma privilegiada aos grupos em situação de conflito ou risco social; e
- 3) têm lugar em contextos ou por meios de educação não-formal.

Diante da roda de conversa dos autores citados observa-se que a comunidade elabora suas próprias habilidades do desenvolvimento local, a partir das alterações individuais na formação de um indivíduo que possa expressar mais suas opiniões, que tenha um bom relacionamento dentro da sua comunidade e considerando seu meio contemporâneo e histórico, de um mundo em constantes mudanças e desenvolvido, com consciência de sua realidade dentro do seu território e pensando sempre de forma coletiva, agindo e reagindo em seu território.

## 1.3 ESPAÇO, LUGAR E LOCAL

### 1.3.1 O espaço

Buscando definições do termo de espaço, pode-se observar o quanto esse conceito é amplo, podendo ser definido por vários mecanismos do conhecimento, pois qualquer objeto é espaço e está contido nele.

Para André (1998), pode-se analisar o espaço de acordo com duas estruturas: o espaço abordado e o espaço social. Na primeira, ele se reestrutura e avança constantemente, sob os efeitos das alterações dos meios econômicos, sociais e físicos, e na segunda, as relações sociais são o elemento que atinge diretamente a organização e o funcionamento do espaço.

Santos (1996, p. 26) sintetiza o conceito de espaço, da seguinte maneira:

O espaço é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis porque sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas da geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente.

O espaço aqui é considerado como um sistema no qual ocorre a participação de todos, objetos naturais e objetos sociais; e a vida é o que os movimenta, é o que faz os nós se interligarem, ou seja, coloca a comunidade em movimento. O conteúdo da comunidade não é um nó independente da forma, os instrumentos geográficos e as formas têm um papel no sistema social.

A construção do espaço localiza-se na ação do mecanismo dentro de uma comunidade, criando a estrutura que produz fenômenos e mecanismos espaciais. Marly Nogueira (2003, p. 62) informa que:

A produção do espaço deverá localizar-se no contexto de uma teoria emergente da organização social, classificada como estruturacionista, de modo que leve em conta o papel da ação, de um lado e o da estrutura de outro, na produção de fenômenos e formas espaciais. Já que há contingência e litígio, a produção do espaço deve ser apreendida enquanto uma complexa articulação entre estrutura e ação, sempre em movimento. Em outras palavras,

as formas espaciais (“um mundo de aparências que a análise deve penetrar”, Gottdiener, 1993, p. 199) constituem, na verdade, o resultado da interseção da organização e do desenvolvimento espaciais, ou seja, de elementos voluntarísticos com os processos estruturais. O que interessa não são as formas em si, mas o processo o qual envolve, também, as forças políticas e ideológicas na produção do espaço.

O espaço compreende o processo de transformação pelo ser humano, tendo início na provável natureza pura até a urbanização integral da comunidade. A dimensão espacial está, portanto, ligada diretamente ao histórico.

Lefebvre (1991, p. 31) sintetiza que o espaço

Não é um objeto científico afastado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. [...] O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. [...] É um produto repleto de ideologias.

Raffestin (1993) menciona que muitos confundem espaço com território, contudo são termos extremamente diferentes. O território se forma a partir do espaço e o espaço é resultado das ações dos atores envolvidos no espaço, e estes territorializam o espaço.

Espaço é conceituado como a universalidade totalmente verdadeira, semelhante a uma união entre o território, a paisagem e a comunidade. Para Santos (1996, p. 77):

Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes.

Vários dos autores citados anteriormente apontavam para a mesma observação de Santos (1996). Esse autor menciona que os espaços desiguais e as espacialidades singulares são resultados das vinculações entre a comunidade, o espaço e a natureza. Assim, o território poderá adotar espacialidades particulares, conforme a movimentação da comunidade sob vários aspectos como sociais, econômicos, políticos.

### 1.3.2 O lugar e o local

A palavra lugar representa o sentido de localização. A denominação dos lugares é representada pelas suas diferenças no sentido de pertencimento e familiaridade; o contrário nos induz a acreditar que todos os lugares seriam semelhantes.

Segundo Tuan (1983), o lugar é um sistema de ações organizadas. É primordial que seja analisado dentro de um conceito imóvel. Ao analisar-se o planeta em constante mudança, conclui-se que as relações referentes ao lugar, são analisadas de forma especial mais as particularidades do que as generalidades do planeta.

Tuan (1983, p. 199) acrescenta ainda três características de lugar: a meta, o lar e as paradas no caminho. “O lar é o mundo estável a ser transcendido, a meta é o mundo estável a ser alcançado, e os acampamentos são paradas de descanso no caminho de um mundo para o outro.” As três características de Tuan podem transformar um nó no espaço em lugar, na medida em que um local, como a comunidade de mães gestantes do bairro Tiradentes, de onde provém parte de nossa pesquisa, torna-se algo a mais, ou seja, torna-se lar, envolvendo sentimentos de amor, de afeto e até mesmo de saudades.

Para os geógrafos, transformamos espaços em lugares a partir da nossa vivência, da apropriação do espaço.

Bailly (1995, p. 27), reafirmando as ideias de Kozel e Tuan acrescenta:

O sentido do lugar se manifesta pelo sentimento de pertencimento à espaços definidos, sentimentos que correspondem ao mesmo tempo à práticas e aspirações territoriais. Um lugar, qualquer que seja, não pode nunca ser tomado em si mesmo; ele só ganha sentido e em relação às sociedades que criaram sua história e forjam seu futuro.

Kozel (2001, p. 153) afirma sobre o estudo de lugar que:

[...] através de seu corpo, da ação e dos sentidos que ele constrói ao se apropriar do espaço, sendo que o lugar se reflete nesta porção apropriada para se viver: a casa, a praça, a rua, o bairro, viva, sentida e reconhecida. Estes lugares a medida em que se inserem no cotidiano dos homens vão obtendo significados, provenientes do uso.

O sentimento de pertencimento nos projeta a escolher aquela comunidade, aquele projeto, aquele lugar, sob o olhar dos conceitos de desenvolvimento local, que contribuem para o desabrochamento do sentimento de pertencimento que passou de espaço para território e lugar respeitando a cultura, o histórico passado e a situação econômica de cada lugar.

#### 1.4 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

No caso do projeto Espaço Mãe Gestante que é o foco desta pesquisa, as ações ocorrem em um conceito restrito de uma comunidade para a qual o evento tem sentido cultural, razão pela qual é importante delimitar esse território.

É necessário conhecer alguns conceitos para compreender como se dá a apropriação e o uso do território e relacioná-los com o desenvolvimento local.

Para Raffestin (1993), o espaço é antecedente ao território. O território se constitui a partir do espaço produzido e alterado pelos seus atores sociais. Ao se apoderar do espaço e fazer parte dele concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço.

Corrêa (1994, p. 251) vai além do conceito e busca o significado de “território que deriva do latim *terra e torium*”, denotando terra pertencente a alguém. Pertencente, entretanto, não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Além disso, o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou o de lugar, estando ligado à ideia de domínio sobre determinada área. O argumento de Corrêa (1994), fundamentado no mesmo conceito de Raffestin (1993), baseia-se no fato de que o conceito de território deve ser associado à ideia de poder e sentimento de estar fazendo parte daquele espaço.

Andrade (1995, p. 19) conceitua a ideia de poder sendo uma constante na análise do território:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus

tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Para Santos (1997), a territorialidade é o sentimento de pertença, a autenticidade local ou a alteração do território, que podem se efetivar a partir da ação coletiva de um projeto de desenvolvimento, com racionalidade própria. Na medida em que os atores locais tenham uma forte consciência de territorialidade ocorre a participação efetiva das ações no local.

Complementando a ideia de 1997, Santos (2002) define que a territorialidade só é possível por meio do sentimento de pertencimento dos atores locais.

A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas (SANTOS, 2002, p. 214).

Santos (2001) remete-nos à reflexão de que, além do sentimento de pertencimento, só gera mecanismo de estudo social o território que os atores envolvidos o utilizam respeitando a coletividade da dimensão cultural dos seus membros e as particularidades locais, os lugares onde vivem seus anseios e não somente suas necessidades individuais.

Albagli (2004) chama a atenção para o fato de a territorialidade ser característica do ser humano. Como tal, é dependente de valores e normas sociais, que variam de comunidade para comunidade, de um período para outro.

Haesbaert (2007), contribuindo com o pensamento de Raffestin (1993) e Andrade (1995), relata que o espaço, modificado para território pela ação e empoderamento social, é constituído, ao mesmo tempo, por pontos e linhas, redes e superfícies ou áreas.

Na mesma linha de raciocínio de Albagli (2004), trabalhou-se com uma abordagem metodológica que situa a análise da presente pesquisa nessa dimensão local. Não nos restringimos apenas ao cuidado de identificar, distinguir e definir o território local e cultural específico em questão, composto de suas especificidades políticas, sociais e econômicas. Dentro da pesquisa, propôs-se desenvolver parâmetros e mecanismos teórico-metodológicos que permitissem incorporar tal

dimensão na própria pesquisa sobre a intensidade, as condições, os obstáculos e os resultados da geração e difusão de informações e conhecimentos.

## 1.5 COMUNIDADE E SENTIMENTO DE PERTENÇA

Neste item, apresentam-se os referenciais teóricos que norteiam a pesquisa referente ao conceito de sentimento de pertencimento ou sentimento de pertença.

Conforme já foi citado anteriormente, o sentimento de pertencimento precisa estar contagiando os atores da comunidade local, sendo um mecanismo fundamental para a manutenção e união da comunidade.

Segundo Spinelli Júnior (2006, p. 1), “a definição de comunidade tem passado, sobretudo pela afirmação de sua dimensão subjetiva: a comunidade se estrutura a partir de um sentimento de comunidade, de um senso de pertencer à determinada coletividade”.

O sentido de comunidade é despertado a partir do sentimento de ligação àquele lugar, onde tudo acontece por meio do agrupamento de atores que convivem com determinadas normas sociais, envolvendo o individual para a interação do coletivo.

Castells (2003) defende que as comunidades locais são estruturadas pela interação coletiva, formando assim sua própria identidade local e se utiliza dessa estrutura para criar uma reação defensiva ao atual contexto social da globalização.

Palácios (2001) elenca alguns elementos que precisam fazer parte da comunidade atual: sentimento de pertencimento; sentimento de comunidade; permanência e forma própria de interação entre seus atores.

Para o autor, o sentimento de pertença vai além da distância territorial, sendo:

O elemento fundamental para a definição de uma comunidade, desencaixa-se da localização: é possível pertencer à distância. Evidentemente, isso não implica a pura e simples substituição de um tipo de relação (face-a-face) por outro (à distância), mas possibilita a

co-existência de ambas as formas, com o sentimento de pertencimento sendo comum às duas (PALÁCIOS, 2001, p. 7).

Assim, o território pode ter a estrutura física ou simbólica. A comunidade passa a ser movida pela vontade e pelo interesse dos seus membros independentemente do território. Nela, o sentimento de pertencimento desabrocha podendo ser sentido até mesmo a distância.

O desabrochamento da vontade dos membros de determinado território é despertado a partir do sentimento de pertença e do passado histórico, sendo necessário compreendê-lo, percebê-lo e acatá-lo, pois exprime os sentimentos de amor e afeto atribuídos ao lugar (TUAN, 1980). Reforçando esse pensamento, Santos (1999, p. 264) afirma que “a memória coletiva é apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro”.

Para Tönnies (1973), a comunidade precisa que seus atores se sintam integrantes de um território comum, utilizando-se princípios e visões de um sistema em comum e estabelecendo o sentimento de pertencimento que existe nas relações afetivas.

Segundo Martins (*apud* AMARO; POVOA; MACEDO, 2008, p. 50),

Sentimento de pertença - processo psicossocial de ação ou intervenção sobre um espaço visando personalizá-lo, que se traduz sob forma de apego ao lugar (apropriação afetiva, desenvolvimento de laços afetivos, possessão alimentada pelos contatos sensoriais que fazem perceber um ambiente como familiar).

É de fundamental importância para o sucesso do projeto Espaço Mãe Gestante o desabrochamento do sentimento de pertencimento, pois este aproxima as mães gestantes, fortalece a relação com o território (projeto) e com os demais agentes que possuem esse vínculo em comum, tornando-se essencial para as atividades os sentimentos de solidariedade, cooperativismo e valorização da identidade local e do grupo.

O sentimento de pertencimento pode ser expresso de diversas formas. Conforme Le Bourlegat (2006 p. 44),

Cada espaço de vida é forma-conteúdo e um lugar existencial, pelo qual brota sentimentos de afetividade e de pertença. As diferentes formas de existência são animadas por conteúdos específicos de relação (familiares, comunitárias, societárias), ascendendo por eles um sentimento de afetividade ou de ‘lugar’ (sentimento de lar, de pátria). As manifestações desse sentimento aparecem como bairrismo, nacionalismo.

Reafirmando as ideias dos autores acima citados, Amaral (2006) destaca a aproximação dos atores no território comum e afirma que o sentimento de pertencimento é a crença do universo íntimo do autor numa origem única que une diferentes autores. As pessoas pensam em si mesmas, como membros de uma coletividade, na qual podem demonstrar seus valores, medos e a sua criatividade.

Ávila (2005, p. 101) evidencia a importância do desenvolvimento local nos projetos:

Sem envolvimento e cooperação solidária, o Desenvolvimento Local se reduz a mera nomenclatura, por falta de medula que energize e dinamize tanto a união quanto a ação coorporativo-construtiva no âmbito da diversidade de indivíduos que compõe cada comunidade-localidade.

O sentimento de pertencimento é uma grande ferramenta para o verdadeiro desabrochar do Desenvolvimento Local, além de despertar e criar a identidade do ator com as estruturas de cultura, crenças, valores e forma de vida da comunidade, desperta a iniciativa de participação sobre o futuro da comunidade.

## 1.6 DESENVOLVIMENTO LOCAL

A palavra desenvolvimento remete ao desenvolvimento econômico e produtivo de um país, o que nem sempre exerce a descrição correta de que esse crescimento também tenha se dado em âmbitos sociais, educacionais, culturais e humanos, isto é, que realmente tenha feito a diferença na melhoria da qualidade de vida da população.

O desenvolvimento já foi associado somente à economia, como salienta Souza (1997, p. 6), “[...] o desenvolvimento não deve ser entendido como sinônimo de desenvolvimento econômico”. No contexto do mundo globalizado em que a

sociedade tem vivido rodeada por influências de fatores externos, *status* e muitas vezes desvalorização de determinadas comunidades, faz-se necessário um referencial teórico que subsidie estudos que façam emergir o oposto dessa realidade.

Em busca desse referencial, procuraram-se autores de diversos campos para nos ajudar nesse projeto.

Ávila (2000, p. 71) apresenta o conceito de desenvolvimento local extrapolando a conjuntura econômica:

[...] o desenvolvimento local constitui esperançosa novidade exatamente porque talvez represente, no momento, a única proposta de progresso integral, em nível concretamente local, capaz de despertar e impulsionar a própria comunidade localizada a se desenvolver social, cultural, econômica e ecossistemicamente, na condição de sujeito e não de mero objeto de seu próprio progresso.

Na visão do cientista político Bresser-Pereira (2003, p. 32), o conceito de desenvolvimento envolve três dimensões indissociáveis: a econômica, a social, e a política. Assim, menciona:

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorizado, a não ser para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento econômico não trouxer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e a causa de transformações econômicas, será por que, de fato, não tivemos desenvolvimento. As modificações verificadas em um desses setores terão sido tão superficiais, tão epidérmicas que não deixarão traços.

O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação coletiva envolvendo vários segmentos da sociedade globalizada. Assim, o poder e a importância da atuação dos atores no processo de desenvolvimento são expressos de acordo com o seu papel na participação da produção, pelo seu maior ou menor grau de interação na rede local e/ou global. A atuação da esfera local é muito limitada. Logo há a necessidade de ampliar seus próprios limites territoriais. Verifica-

se que o desenvolvimento implica as condições: a primeira, o crescimento, que pode ser medido pelo aumento da renda dos atores da comunidade e, a segunda, a melhoria da distribuição da renda, com a geração de novos postos de trabalho, melhoria da qualidade de vida dos atores da comunidade, ou seja, o desenvolvimento do local.

Nessa mesma linha de pensamento, Fragoso (2005) acrescenta ao processo a estrutura pensada no coletivo para uma melhor qualidade de vida, para os membros integrantes da comunidade dentro do território vivido. Para o autor, Desenvolvimento Local:

[...] trata da possibilidade das populações poderem expressar uma ideia de futuro num território vista de forma aberta e flexível, onde esteja ausente a noção do espaço como fronteira, concretizando ações que possam ajudar à (re)construção desse futuro. Os seus objetivos mais óbvios seriam promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas, bem como aumentar os seus níveis de autoconfiança e organização (FRAGOSO, 2005, p. 64).

Dowbor (2007, p. 78) valoriza o capital social da própria comunidade afirmando não termos de ficar isolados da sociedade globalizada, mas é de suma importância para o desenvolvimento local promover o desabrochamento da própria comunidade mencionando a ideia de que “promover o desenvolvimento local não significa voltar as costas para os processos mais amplos, incluindo os planetários; significa utilizar as diversas dimensões territoriais segundo os interesses da comunidade”.

Em relação ao projeto Espaço Mãe Gestante utilizou-se a ferramenta de dar formação para as mães participantes iniciar a interação com a comunidade, de forma que se possa realizar o desabrochamento da comunidade, de tornar as mães gestantes mais críticas, mais sociais, mais democráticas e mais empreendedoras dentro da sua comunidade, observando um período de alteração na vida da mulher que, ao longo de alguns meses, dará à luz ao filho. A sociedade brasileira vem de um período de colonização, império e ditadura militar, o que nos torna intimidados em expressar o nosso poder de exercer a democracia. Portanto, precisamos trabalhar para que a comunidade possa despertar o espírito crítico e apresentar as suas potencialidades, para o meio interno e externo, sem pensar na forma de assistencialismo.

Nos próprios discursos sobre o desenvolvimento a educação é citada como alavanca para tal. Essa afirmação parece óbvia, porém, na história brasileira, nem sempre a educação teve os investimentos necessários e a devida atenção. A educação, historicamente, não fazia parte das discussões sobre desenvolvimento por possuir, aparentemente, uma influência indireta (IPEA, 2002).

A educação e o desenvolvimento não podem ser pensados separadamente. A educação torna-se fator influente na reconstrução social uma vez que precisamos reaprender o modo de agir democraticamente, pois vivemos em um país em que a democracia plena ainda tem a oferecer.

Ávila (2000), ao narrar uma experiência de vida passada por ele no Distrito de Pratinha do município de Guaranésia, hoje município no sudoeste de Minas Gerais, menciona a importância da necessidade de interação entre os fatores de formação escolar com saberes históricos, coletivos e individuais da mulher e do homem, com a importância de relacionar significativamente a ação dos sujeitos com as necessidades da comunidade em que vivem concepções importantes para as ações dos Agentes em Desenvolvimento Local como facilitadores desse processo de interação.

Outra concepção para acrescentar no conceito de Desenvolvimento Local é o da regionalidade, espaço demarcado para executar a ação que se planeja. O grande desafio é encontrar o limite até onde pode alcançar. O resultado da estruturação desenvolve ações que possam modificar para melhor a qualidade de vida da comunidade. Essas mudanças poderão ser também causas de conflitos e contradições, transformando-se em novos instrumentos de conhecimento. Temos ainda a necessidade de demarcação, referente aos aspectos culturais locais e as estruturas que se planejam ser alteradas. Com a diversificação dentro da comunidade, o nível de apreensão aumenta e as possibilidades do resultado com sucesso diminuem. Para compreender o conceito, utilizando as ideias apontadas anteriormente, temos a definição de Ávila, segundo o qual,

O DL se configura justamente como processo que considera, respeita e aproveita as peculiaridades (ou modos de ser e agir), a realidade (enquanto complexidade dos contextos social, cultural e meio ambiente) e as potencialidades (das pessoas e do meio) de cada comunidade-localidade, entendendo-se inclusive que em relação a esses aspectos nunca uma comunidade-localidade é igual a outra (ÁVILA, 2007, p. 18).

Outro paradigma do tema é o de que o desenvolvimento “virá até nós” e o estado, único responsável por tal tarefa, age como um impositor quando necessitamos de capacitar os atores da comunidade para o despertar endógeno de suas potencialidades. Além disso, a comunidade precisa de um incentivo para acender a luz do capital social, das descobertas de suas habilidades. O projeto Espaço Mãe Gestante foi elaborado pela OMEP/BR/MS com o propósito de que com o passar do tempo a comunidade de mães gestantes do bairro Tiradentes possa se sentir agregada ao projeto. Assim, o papel se inverte e a OMEP/BR/MS passa a ser apenas um apoio externo e a comunidade passa a gerenciar o projeto de acordo com suas potencialidades locais. Brostolin (2007, p. 108), enfatiza que a mudança é necessária, pois:

[...] o desenvolvimento local implica a formação e a educação da própria comunidade em matéria de cultura, capacidades, competências e habilidades que permitam à ela mesma, evidentemente, com a ajuda de todos os agentes e fatores externos, agenciar e gerenciar todo o processo de desenvolvimento da respectiva localidade, em vez de apenas participar de propostas ou iniciativas que venham de fora.

Valorizar o potencial local como meio de ação para o desenvolvimento de comunidades é uma alternativa mais democrática do que apenas propostas políticas generalistas e distantes dos contextos comunitário; assim, valoriza-se o saber e as aprendizagens daqueles grupos em prol de si mesmos. “A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade” (BRANDÃO, 1995, p. 10).

A partir do entendimento de Brostolin (2007) e Brandão (1995), ressalta-se que a sociedade necessita de lideranças para promover o pensamento crítico e democrático de maneira comprometida com o desenvolvimento, pela teoria e pela prática do saber.

Diante desses fatores, é fundamental compreender, de uma forma mais direta, a importância da educação em suas diferentes modalidades e no fomento do desenvolvimento local.

Nesse sentido, a sociedade constrói a sua própria capacidade de desenvolvimento local a partir da alteração individual e coletiva na formação de um cidadão crítico, democrático, social e político, considerando o seu meio

contemporâneo e histórico, de um mundo em constante desenvolvimento, numa efetiva compreensão de sua realidade relacional e coletiva, agindo e reagindo em seu mundo.

O desenvolvimento local está ligado aos projetos inovadores e mobilizadores de uma comunidade, envolvendo todos os atores com a função de articular as potencialidades locais nas suas próprias condições de experiências vividas dentro da comunidade. Elas agregam os costumes específicos, as qualidades que as diferenciam de outras comunidades (HAVERI, 1996).

## **CAPÍTULO 2**

### **A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL PARA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - OMEP/BR/MS E O PROJETO ESPAÇO MÃE GESTANTE**

#### **2.1 HISTÓRICO DA OMEP/BR/MS**

A história da OMEP no Estado de Mato Grosso do Sul já foi pesquisada, analisada e recontada por estudiosas como Simão e Morettini (1996), que enfocaram o Programa de Creches Domiciliares, bem como Motta (2004) e Salmaze e Caldeira (2007), ao analisarem as ações desenvolvidas pela organização no Estado. Essas publicações foram fontes fundamentais para a composição do presente trabalho.

A Organização Mundial para Educação Pré-Escolar - OMEP surgiu no pós-guerra, em 1948, na Suécia, onde alguns educadores, preocupados com a situação das crianças, idealizaram um projeto de educação universal e que pudesse atender às necessidades educativas das crianças de 00 a 06 anos. O objetivo seria contribuir com a humanidade que estava abalada com a guerra. Assim, projetou-se numa primeira reunião a criação de uma organização com o objetivo de defender e divulgar a educação pré-escolar. Uniram-se a esse grupo pessoas que acreditaram nessa responsabilidade social de trabalhar na defesa da criança, contribuindo com o seu desenvolvimento global da mesma, fortalecendo o seu exercício de cidadania.

Em 1952, educadores brasileiros, que participavam, no México, do 4º Congresso da OMEP, de lá voltaram entusiasmados com a ideia de implantar a Organização no Brasil.

A OMEP foi implantada no Brasil em 1953, num momento de efervescência nacional em torno da construção de um estado verdadeiramente

democrático, já que o período anterior 1937-1945 (Estado Novo) fora marcado pela aguda ditadura Vargas.

Em meio aos limites e possibilidades do populismo, os anos de 1950 foram balizados também pela luta pela aprovação da nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 4024, que foi promulgada em 1961. Assim, nos anos seguintes, a OMEP foi sendo vitalizada, engatinhando, fortalecendo seus membros e ganhando equilíbrio para novos passos e saltos.

Em 1982, a Associação Campo-grandense da OMEP passou a responder pelo Estado de Mato Grosso do Sul, até se constituir, dessa forma, a Associação Estadual da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar - OMEP/Brasil/Mato Grosso do Sul, representada pela sigla OMEP/BR/MS, associada à OMEP/Brasil.

Essa organização constitui uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, entidade não-governamental, filantrópica, aberta a todas as classes sociais, destinada à realização de atividades sociopromocionais, assistenciais e educativas, preocupada com a situação das crianças desde a primeira infância.

A partir desse momento, a OMEP/BR/MS passou a empenhar-se pela abertura de outras associações municipais no interior do estado, o que foi gradativamente efetivado nos anos posteriores.

Desse modo, em 1983, a OMEP já contava com um total de 78 associados, todos parceiros em prol de suas causas e dispostos a lutar por elas. Com isso, foi instalado um clima propício ao envolvimento dos demais municípios nos estandartes da educação pré-escolar.

Consequentemente, essa organização passou a fortalecer sua articulação com outros setores da sociedade: instâncias oficiais, universidades, instituições de ensino públicas e privadas, dentre outros espaços.

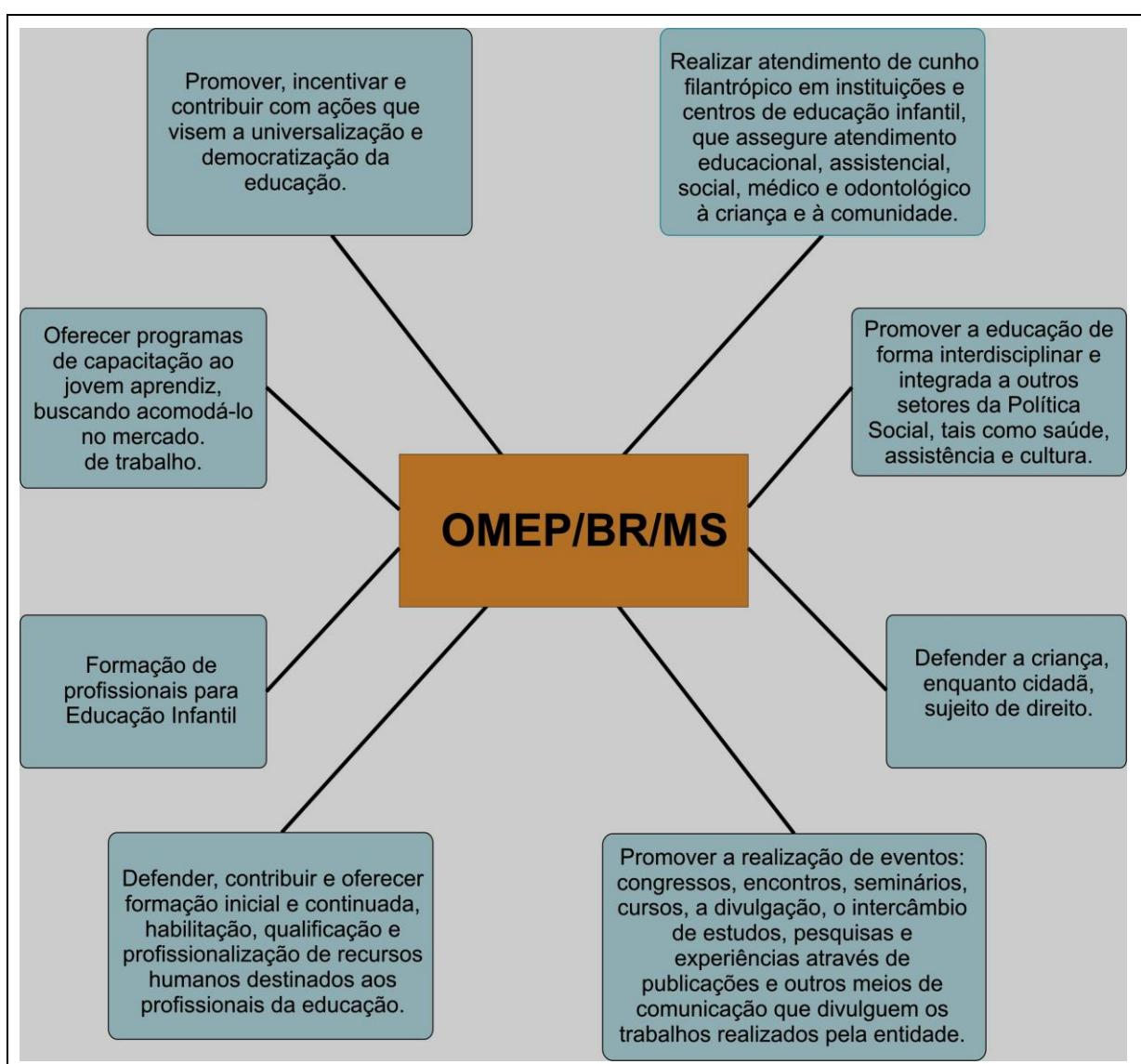
Tão logo a OMEP/BR/MS se estruturou, passou a estar presente de forma mais efetiva em todos os acontecimentos referentes à Educação Infantil, ocorridos no estado, desde formação docente, debates com o poder público e a sociedade civil, estudos, atendimento educacional, assistência, entre muitos outros.

Com isso, uma série de pioneirismo foi inaugurada, a exemplo do fato de a OMEP ter sido a precursora na impulsão da formação do professor de Educação

Infantil em Campo Grande, por meio do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS que oferecia habilitação específica de educação pré-escolar.

O pioneirismo também se estendeu às muitas outras ações desenvolvidas, como os próprios cursos de atualização para os educadores em geral. A presença da OMEP no estado de Mato Grosso do Sul representou um passo vital para o avanço das ações dirigidas ao atendimento educacional das crianças em idade pré-escolar, articulando o estado a outros espaços de discussão sobre os aspectos inerentes a essa questão.

A figura 2 apresenta as finalidades da OMEP/BR/MS.



**Figura 2 - Finalidades da OMEP/BR/MS (gráfico elaborado pela autora).**

A OMEP/BR/MS tem por finalidade defender os direitos da criança e, em especial, o próprio significado de Educação Infantil, sendo a instituição uma entidade social, filantrópica, que recebe adesão de pessoa física, organização governamental e social.

A OMEP/BR/MS também proporciona atividades promocionais e educativas voltadas para as crianças, bem como a formação e o aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Campo Grande e no interior do Estado de Mato Grosso do Sul. Suas ações dão sustentabilidade à existência da OMEP, na perspectiva de realizar o sonho de ver a criança respeitada, amparada, protegida e educada desde a sua concepção, gestação e na sua vinda ao mundo. Por conta de sabermos sobre essas ações desenvolvidas na instituição sentimos a necessidade de desenvolver um projeto que se volte para a gestante, pelo fato de analisarmos a demanda da comunidade local atendida.

A OMEP/BR/MS, ao longo de seus 30 anos de ação, assumiu, de fato e de direito, as questões da Educação Infantil, tais como a elaboração de propostas, de estratégias, de reflexões, de políticas, de desenvolvimento teórico e prático de ações voltadas ao educar na primeira infância.

Esses anos de vivência levaram a entidade a sonhar, refletir, analisar, prosseguir e buscar os ideais de um grupo de educadores agregados a uma equipe compromissada de professores, pais, empresários e cidadãos comuns que tinham como único objetivo propiciar a educação de qualidade para as nossas crianças.

A partir da pequena casa de madeira que abrigou a equipe da OMEP, das mães crecheiras que, sob a sua orientação, receberam o primeiro grupo de crianças, das pessoas que trouxeram experiências culturais e educativas e enfrentaram juntas os múltiplos desafios do educar para a primeira infância, adquiriu-se maior amplitude e complexidade. Todas as dificuldades enfrentadas transformaram-se em oportunidades para avaliarmos os mecanismos iniciais de tais desafios: os caminhos trilhados, as barreiras derrubadas, os questionamentos recebidos, os objetivos traçados e os propósitos estabelecidos frente à nossa proposta educacional.



**Figura 3** - Antiga sede da OMEP/BR/MS.

**Fonte:** Arquivo OMEP (2013).

Em lugar da casa de madeira, há hoje um complexo que abriga cerca de 180 crianças de zero a quatro anos, acolhidas no Instituto de Educação - IEEMS Professora Marisa Serrano, mantido pela OMEP/BR/MS. Não se trata só de abrigar, mas também proporcionar aos que dão abrigo humano, aos professores, condições de atuarem com qualidade, segurança e profissionalismo.



**Figura 4** - Vista frontal da atual sede da OMEP/BR/MS.

**Fonte:** Arquivo OMEP (2013).

O trabalho desenvolvido na OMEP consiste numa atividade essencialmente coletiva, principalmente no bairro Tiradentes. É a ação de um grupo que agrega energia e boa vontade. Por isso, ao lado de cada liderança, em toda essa história, encontram-se muitos braços estendidos.

Com a captação adequada de recursos disponibilizados pelo poder público, com a arrecadação oriunda dos cursos de formação de professores, eventos e contribuições dos associados, a sede da OMEP/BR/MS tornou-se um grande centro de múltiplas atividades.

Atualmente, a sede no bairro Tiradentes é equipada física e humanamente, representando um porto seguro, um “forte” para os moradores da região, uma referência de seriedade, compromisso e respeito com a educação. O reconhecimento da população para com o Instituto deve-se a muitas razões. Dentre elas, cabe ressaltar, o atendimento educacional de qualidade dirigido às crianças, os cursos profissionalizantes para a juventude, a tradição e a seriedade na formação docente, as práticas esportivas e oficinas de trabalhos manuais para a comunidade, além das festividades e diversas outras atividades que compõem o seu projeto de trabalho anual.

Desse modo, a OMEP mantém seu perfil atualizado com as demandas sociais contemporâneas. Hoje em dia, esse bairro é outro, a comunidade do bairro Tiradentes se sente valorizada e respeitada. De acordo com a presidente da OMEP/BR/MS - Maria Aparecida Salmaze, as ações da instituição ajudaram de forma inestimável o desenvolvimento local da região (bairro Tiradentes - Campo Grande - MS), no tocante as mães gestantes, melhoria da educação infantil, atividades artesanais que auxiliam muitos moradores da região a serem artesãos, os quais participam, de forma ativa, das oficinas oferecidas pela OMEP/BR/MS<sup>1</sup>.

Esse fato deve-se à postura política, compromissada e ética das lideranças que têm estado à frente da OMEP no estado, ano após ano, desde 1976.

Assim, foram muitas as ações e as causas que a OMEP compartilhou com a sociedade sul-mato-grossense, constituindo sua voz, seu punho e sua razão em defesa dos direitos dos pequenos.

---

<sup>1</sup> Depoimento fornecido pela Presidente da OMEP/BR/MS - Maria Aparecida Salmaze, em entrevista autorizada, em maio de 2013.

Didonet (2002 *apud* MOTTA, 2004), em entrevista, afirma que era preciso passar da concepção assistencialista, moralista à de respeito e promoção da criança; do conceito de menor, atribuído à criança pobre, para o de cidadão de pleno direito; das políticas e programas voltados só para as crianças pobres, como 'pobrezinhas', para uma política nacional para todas as crianças brasileiras, entendendo-as como sujeitos capazes, independente de qualquer situação econômica, social ou cultural. Os anos 1986, 1987 e 1988 operaram uma verdadeira revolução na representação social da criança brasileira.

Assim, a OMEP esteve presente em cada passo dado na trajetória da construção de políticas públicas para a Educação Infantil, no Brasil, seja na Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB de 1996, no Plano Nacional de Educação e outras políticas, por meio dos Conselhos, Fóruns, Seminários Nacionais e diversos outros eventos direcionados a esse fim.

As causas mais recentes, como a luta pela inclusão das creches conveniadas com o poder público no repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e a pressão para sua aprovação fizeram com que uma comissão composta por dirigentes da OMEP/BR/MS se dirigisse a Brasília, por diversas vezes, representando os educadores, na defesa dos direitos educacionais das crianças de todo o país.

Didonet (2001) tem sido, ao longo dessas décadas, um grande parceiro que se mantém unido à OMEP/BR/MS, conclamando educadores para somarem forças na luta em defesa dos direitos da criança, como é possível notar em uma das suas chamadas recentemente à mobilização em torno do FUNDEB: "ainda há muito que fazer e muitas razões para lutar". Os desafios se renovam, novas necessidades são produzidas cotidianamente, mas a OMEP estará onde for preciso, empunhando as bandeiras dos seus ideais.

## 2.1 PROJETO ESPAÇO MÃE GESTANTE

A OMEP procura oferecer um espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das mães gestantes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessas gestantes, analisando o território e a identidade local.

O projeto Espaço Mãe Gestante é responsável por atender as mães gestantes de todas as idades na região do bairro Tiradentes, na cidade de Campo Grande/MS. As atividades do projeto são realizadas por meio de encontros que têm a finalidade de esclarecer dúvidas que possam surgir durante os primeiros meses da gestação e como suporte multiprofissional durante a gestação. Após abrir o projeto para a pesquisa do Mestrado em Desenvolvimento Local os encontros passaram a chamar atenção das mães gestantes para olharem ao redor do seu território vivido e analisar as habilidades intelectuais de cada mãe gestante.

Além dos cuidados com as crianças, os que ministram as oficinas de artesanatos e/ou palestras procuram, durante o curso, capacitar as mães gestantes para que possam expressar suas opiniões, suas dúvidas e, no diálogo, repassar e instigar informações e despertar o desejo das mulheres de construir o projeto Espaço Mãe Gestante a partir das próprias ideias das mães gestantes.

Sabe-se que a mãe tem uma participação fundamental dentro do núcleo familiar, principalmente quando diz respeito aos hábitos saudáveis, pois são elas que determinam muitos dos comportamentos que seus filhos adotarão no decorrer de toda sua vida.

O objetivo maior do projeto não é somente dar luz as informações pertinentes a hábitos saudáveis às gestantes, mas proporcionar informações que possam subsidiar para elas conhecimentos de seus direitos e necessidades a serem supridos e melhorar a qualidade de vida sob a ótica do Desenvolvimento Local.

A gravidez é uma experiência complexa que não acontece só no corpo. Além da dimensão biológica é um processo social que envolve o coletivo, mobilizando a família e o meio em que a mulher está inserida e, de uma forma mais ampla, o sistema social. A Constituição Federal de 1988 assegura proteção à maternidade e às mulheres grávidas e aos seus bebês ainda no útero.

Para que a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a detecção precoce de situações de risco ocorram de maneira segura é importante o envolvimento da mulher, do seu companheiro, da comunidade e dos serviços de saúde.

O projeto Espaço Mãe Gestante propicia às gestantes e familiares desmystificarem tabus relativos à gestação, parto e puerpério; compartilharem conhecimentos, experiências, vivências, sentimentos, medos e dúvidas; compreenderem os novos papéis; criarem novos laços de amizade, conhecerem e interagirem com pessoas que estão vivenciando o mesmo processo; além de conhecerem a maternidade, familiarizando-se com o ambiente, no qual o parto poderá acontecer.

Muitas vezes a atenção pré-natal fica limitada ao atendimento clínico devido às dificuldades na operacionalização de atividades educativas e grupos de orientação. O projeto Espaço da Mãe Gestante realiza parceria com serviços de saúde, como a Unidade Básica de Saúde - UBS - do bairro Tiradentes, assumindo o compromisso de levar informações e apoiar as mulheres e suas famílias, contribuindo assim com a melhoria da qualidade da atenção à gravidez, ao parto e ao puerpério.

Humanizar e qualificar a atenção em saúde é aprender a compartilhar saberes e reconhecer direitos. A atenção humanizada e de boa qualidade implica o estabelecimento de relações entre sujeitos, seres semelhantes, ainda que possam apresentar-se muito distintos conforme suas condições sociais, raciais, étnicas, culturais e de gênero (BRASIL. Ministério da Saúde, 2005). No pré-natal, o serviço de saúde tem o objetivo de acolher a mulher desde o início da gestação, período de grandes transformações físicas e emocionais, acompanhando o desenvolvimento do bebê e intervindo precoce e preventivamente (BRASIL. Ministério da Saúde, 2005). Esse procedimento amplia-se ainda mais quando se reconhece que a mulher e sua família têm uma história marcada pelas influências do meio e da cultura. O companheiro e/ou a família fazem parte da rede de suporte que a gestante pode contar em caso de necessidade. É com eles que a gestante e futuro bebê vão vivenciar momentos de alegria, ansiedade e medos.

O projeto Espaço da Mãe Gestante visa atender gestantes desde a adolescência até a idade adulta, todas moradoras do bairro Tiradentes e adjacência, no município de Campo Grande - Mato Grosso do Sul (Figura 5).



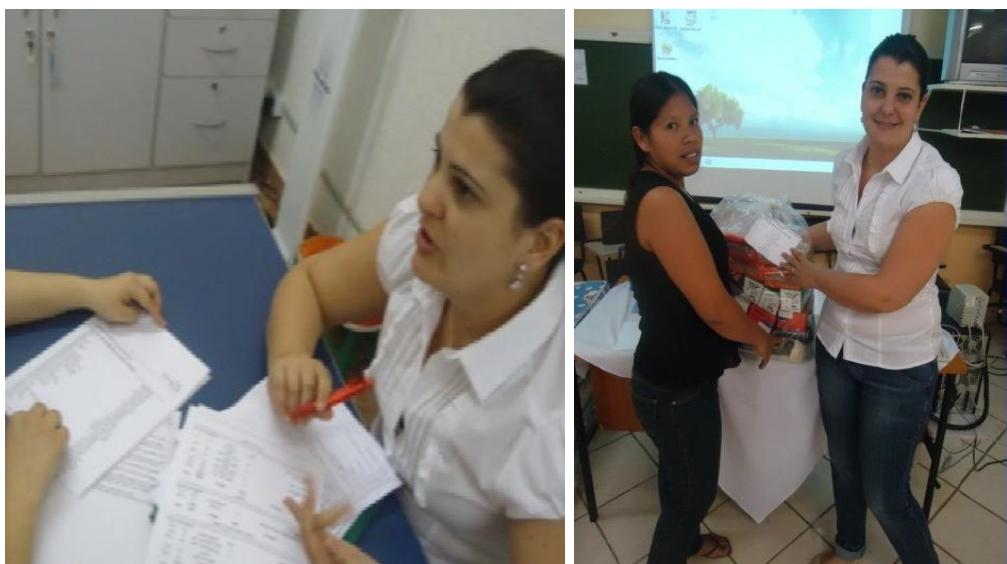
**Figura 5 -** Participantes do projeto Espaço Mãe Gestante e equipe.

**Fonte:** Arquivo OMEP (2011).

Pensando justamente em colaborar com o momento de grande expectativa da mulher é que a instituição estabelece a intenção de ter grupos de gestantes, pois a OMEP/BR/MS avalia que o cuidar e o educar infantil não ocorrem somente após o nascimento, mas com a implantação de ações integradas de acompanhamentos sistemáticos, que visam, desde o processo de concepção da criança até a vida adulta, propor um espírito empreendedor e democrático para que essas mães gestantes possam atingir novos objetivos dentro da própria comunidade.

Nota-se que o estabelecimento de vínculo entre o atendimento oferecido e a comunidade se faz importante, pois é um requisito fundamental para a humanização do cuidado e permanência da qualidade de vida da gestante atendida pelo grupo. Portanto, a equipe da OMEP/BR/MS, juntamente com seus parceiros envolvidos nesse processo, possui o comprometimento de interagir com essas mulheres de forma a buscar estabelecer uma relação de confiança, resultando em um cuidado qualificado.

O objetivo geral do projeto é propiciar momentos de reflexão, interação, socialização de questionamentos inerentes a uma gestação saudável, ocasionando uma melhor qualidade de vida, bem como o atendimento nutricional individualizado, proporcionando o conhecimento dos direitos da gestante, da criança e do adolescente. Para isso, tem-se como objetivos específicos: abordar saúde como bem-estar geral da mulher não a ausência de patologia; estabelecer vínculos, respeitando as diversidades culturais de cada mulher; propiciar conhecimentos sobre saúde bucal e o seu papel como integrante da saúde geral de um indivíduo; preparar a mulher para viver de forma tranquila o pré-parto, parto, puerpério; incentivar e salientar a importância do aleitamento materno, exclusivo para a mãe e o bebê; demonstrar a importância do planejamento familiar em suas vidas, proporcionando à mulher a escolha segura do método contraceptivo; esclarecer às gestantes sobre os tipos de partos oferecidos e orientá-las sobre a importância do parto normal para a mulher e o bebê; propiciar informações e acompanhamento nutricional focado em uma alimentação saudável, tanto para a gestante quanto para o bebê; propiciar palestras informativas e reflexivas, que atendam as expectativas das gestantes participantes, bem como ressaltar a atuação da mãe como agente fundamental na promoção de saúde e garantia de direitos dos seus filhos.



**Figura 6** - Avaliação nutricional das participantes do projeto.

Fonte: Arquivo OMEP/BR/MS (2011).

O projeto tem como meta atender a 30 (trinta) gestantes por ano, encaminhadas pela Unidade Básica de Saúde do bairro Tiradentes, ou gestantes da comunidade que procuram a instituição.

A OMEP desenvolve seu papel socialmente responsável atendendo de forma adequada as mães gestantes, durante o período de gravidez e pós-parto, uma vez que vai assimilando o papel de co-responsabilidade no enfrentamento da desigualdade e da exclusão social, contribuindo para a diminuição da mortalidade infantil.

As gestantes que participam efetivamente do projeto, recebem uma vaga para seus filhos no Centro de Educação Infantil, garantindo a formação base da criança. O Centro de Educação desenvolve ações com o objetivo de defender e contribuir para a formação inicial e continuada, habilitação, qualificação e profissionalização de recursos humanos destinados à educação, prioritariamente à Educação Infantil. As ações vinculadas a seguir demonstram o trabalho em desenvolvimento da comunidade do bairro Tiradentes, de Campo Grande Mato Grosso do Sul.

## **CAPÍTULO 3**

### **O ESPAÇO DA MÃE GESTANTE E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR - OMEP/BR/MS**

Este estudo foi pautado no método indutivo com cortes transversais, analisa de forma sistêmica a realidade da mãe gestante na territorialidade local, bem como as ações desenvolvidas pela população-alvo. Para tanto, foram necessárias observações in loco, reuniões com a coordenação da instituição e mães gestantes, havendo um estabelecimento de relações voltadas para a qualidade de vida e solidariedade entre os membros dos grupos. Na coleta dos dados foram aplicados questionários à comunidade, à representante da entidade e entrevista com a presidente da OMEP/BR/MS.

Os dados foram tabulados, analisados e interpretados que, segundo Barros e Lehfeld (1996), devem ter representatividade, ocasião em que a pesquisa oferece elementos para o diagnóstico de problemas e solução de resultados. Participaram do estudo (2012) 62 mães gestantes, atingindo o percentual de 100% do universo pesquisado; a coordenadora do projeto e a presidente da OMEP/BR/MS. Todos os participantes da pesquisa autorizaram por escrito a publicação dos resultados, bem como, a sua divulgação.

As ações das mães gestantes foram enquadradas no grupo de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos desenvolvido na OMEP/BR/MS, o qual atende e realiza o acompanhamento das mães gestantes do bairro Tiradentes e adjacência, objetivando fortalecer o vínculo das famílias e o seu protagonismo. Assim, identificar a opinião das gestantes sobre o projeto e o bairro é primordial na investigação.

Visando assegurar garantias aos direitos da criança, desde sua concepção, na perspectiva do vínculo afetivo, do crescimento e do desenvolvimento integral, o projeto Espaço da Mãe Gestante propõe orientações de cuidados à gestante, oportunizando a ampliação de conhecimentos informacionais, o despertar do protagonismo local pela formação, encaminhamentos socioassistenciais, estímulos à frequência da gestante e do bebê nas consultas, realizadas na Unidade Básica de Saúde. A proposta tem como foco a saúde da gestante e mãe, para a garantia de uma infância saudável do seu filho. Essa demanda foi identificada pela instituição OMEP/BR/MS na atividade do seu Instituto de Educação, no desenvolvimento das atividades de pré-escola/creche, mediante a observação das mães e das crianças.

O projeto realiza diariamente atendimento socioassistencialismo e nutricional; visitas domiciliares; orientações e encaminhamentos para serviços públicos e privados.

Quinzenalmente são realizadas palestras e rodas de conversa sobre temas como: planejamento familiar; doenças sexualmente transmissíveis; sexualidade na gestação; direitos da mulher, da gestante, da criança e do adolescente; nutrição da gestante e do bebê; fases do desenvolvimento infantil; saúde bucal; importância do aleitamento materno; vacinação; a importância da higiene pessoal e ambiental; riscos sociais na primeira infância tais como acidentes domésticos, violência intra e extra familiar e outros; atividades de trabalhos manuais; eventos de datas comemorativas; disponibiliza os benefícios de kit nutricional, apropriado às necessidades nutricionais da gestante e do bebê e enxoval para o recém-nascido; assegura no Instituto de Educação Infantil/Creche a matrícula do bebê; valoriza o desenvolvimento local; provoca as habilidades intelectuais de cada mãe gestante.

Além dos cuidados com as crianças e a gestante, os ministrantes das oficinas de artesanatos e/ou palestras procuram, durante esse momento, capacitar as usuárias para que possam expressar suas opiniões, suas dúvidas, e no dialogo, repassar e instigar informações, despertando o desejo das mulheres em construir o projeto Espaço da Mãe Gestante a partir das próprias ideias das mães gestantes.

A inserção da gestante no projeto ocorre por encaminhamento da Unidade Básica de Saúde do bairro Tiradentes, por demanda espontânea ou por busca ativa.

A definição de horário do funcionamento do projeto foi estabelecida de comum acordo com as gestantes, visando assegurar o maior número de presença, de forma que não comprometesse os afazeres domésticos e o horário de trabalho.

Os temas das palestras e das rodas de conversas são abordados por sugestões das participantes, pelas equipes da instituição e da unidade básica de saúde. Toda e qualquer contribuição das participantes, quando pertinentes ao projeto, são analisadas e discutidas em grupo, fomentando o seu empoderamento.

O projeto busca proporcionar informações que possam subsidiar as mães gestantes, conhecimentos de seus direitos e necessidades a serem supridos e melhorar a qualidade de vida da mãe gestante sob a ótica do Desenvolvimento Local. Com a implantação de ações integradas de acompanhamentos sistemáticos, que visam desde o processo de concepção da criança até sua vida adulta e propor espírito empreendedor democrático que essas mães gestantes possam atingir novos objetivos dentro da própria comunidade.

O projeto tem interface com a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS, conforme carta de Serviços de Saúde do município, com as ações/serviços de acompanhamento pré-natal - consulta para gestante, que consiste em consulta médica ou de enfermagem para acompanhar a gestante desde o início da gravidez até o pós-parto. Inclui ainda consulta odontológica, vacinação, prevenção de anemia ferropriva, oferta de ácido fólico, realização de exames (USG, HIV, VDRL, entre outros) e participação em atividades educativas, acompanhamento de saúde aos beneficiários do Programa Bolsa Família; atendimento à criança; avaliação do crescimento e desenvolvimento infantil e atenção às doenças prevalentes na infância.

Também está referenciada com o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do bairro Tiradentes, para encaminhamentos a programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais.

Outras instituições também participam do projeto: a Universidade Anhanguera/Uniderp, via Faculdade de Psicologia, realiza palestras com o grupo de

gestante e atende diariamente no consultório da faculdade. A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Hospital Universitário/ Banco de Leite participa da semana do aleitamento materno e realiza o atendimento das gestantes em gravidez de risco.

Essa integração de ações otimiza os resultados pois assegura o acesso a bens e serviços para usufruto da garantia da proteção e defesa dos direitos da mãe gestante, auxilia no desenvolvimento de potencialidades familiares, contribui para a melhoria da qualidade de vida e consequentemente reduz os índices de mortalidade materna e infantil, além de o projeto estar contemplando dois Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Em setembro de 2000, 189 nações firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros males da sociedade. Essa promessa acabou se concretizando nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que deverão ser alcançados até 2015. Em setembro de 2010, o mundo renovou o compromisso para acelerar o progresso em direção ao cumprimento desses objetivos.



**Figura 7 - Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).**

**Fonte:** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>.

A declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio traz uma série de compromissos concretos que, se cumpridos nos prazos fixados, segundo os indicadores quantitativos que os acompanham, tem como meta melhorar o destino da humanidade neste século. Os Objetivos do Milênio estão sendo discutidos, elaborados e expandidos globalmente em muitos países. Entidades governamentais, empresariais e da sociedade civil estão procurando formas de inserir a busca por esses objetivos em suas próprias estratégias, além de respeitar o território e a cultura dos usuários. É necessário esforço para incluir vários desses objetivos do milênio em agendas internacionais, nacionais e locais de Direitos Humanos. Por exemplo, é uma forma criativa e inovadora de valorizar e levar adiante as iniciativas concretas e mensuráveis, os oito objetivos - com suas 22 metas (24 no Brasil) e 48 indicadores - podem ser acompanhados pela população em cada país. Os avanços podem ser comparados e avaliados em escala nacional, regional e global, e os resultados podem ser cobrados de seus representantes pelos povos, sendo que ambos devem colaborar para alcançar os compromissos assumidos em 2000. Além dos compromissos concretos, os objetivos do milênio oferece suporte para a elaboração de formas complementares, mais amplas e até sistêmicas, para a busca de soluções adaptadas às condições e potencialidades de cada território.

### 3.1 DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Neste item são apresentados os resultados da pesquisa de campo, bem como as discussões e análises referentes às ações das mães gestantes na localidade.

Foram identificadas metas do milênio, que são praticadas no projeto Espaço Mãe Gestante:

1) a redução da mortalidade na infância. Todos os anos onze milhões de bebês ainda morrem de causas diversas, mas esse número vem caindo desde 1980, quando as mortes somavam quinze milhões. Os indicadores de mortalidade infantil falam por si, mas o caminho para se atingir o objetivo dependerá de muitos e variados meios, recursos, políticas e programas - direcionados não só as crianças, mas à suas famílias e comunidades também.

2) A melhoria da saúde materna. Nos países pobres e em desenvolvimento, as carências no campo da saúde reprodutiva levam a uma morte materna a cada 48 partos. A redução da mortalidade materna é um objetivo que não será alcançado a não ser no contexto da promoção integral da saúde das mulheres em idade reprodutiva. O acesso aos meios que garantam direitos de saúde reprodutiva e a presença de pessoal qualificado na hora do parto é, portanto, o reflexo do desenvolvimento de sistemas integrados de saúde pública.



**Figura 6 - Usuárias do Projeto Mãe Gestante.**

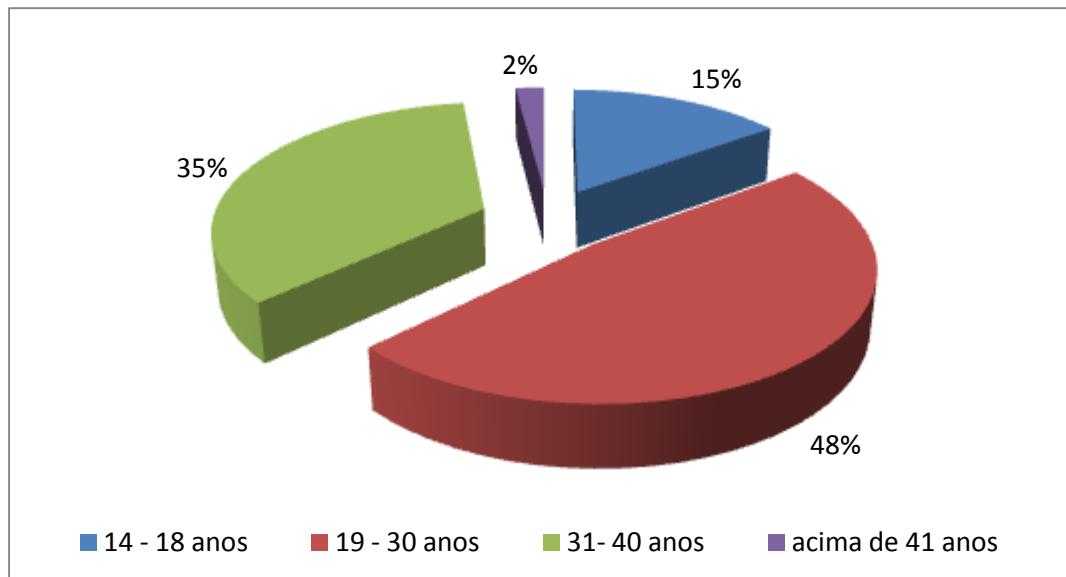
**Fonte:** OMEP/BR/MS (2012).

Percebe-se, portanto, que o acesso à informação tem auxiliado de forma contundente a procura por parte das mães gestantes de seus direitos voltados principalmente para a saúde, bem-estar e uma convivência solidária em comunidade. A pesquisa de campo foi realizada por meio de questionários direcionados às gestantes cujo universo atingiu 100% do público-alvo (62 gestantes). A aplicação dos questionários, tabulação e análise das informações permitiram quantificar os dados e demonstrá-los, por meio de gráficos relacionados a cada item do questionário, seguidas de embasamento teórico de autores que auxiliaram a interpretação dos dados coletados.

### 3.1.1 O perfil das usuárias do projeto

Para traçar o perfil das usuárias realizou-se a tabulação dos formulários de inscrição das participantes, no projeto Espaço Mãe Gestante, que contêm informações socioeconômicas da família, fornecidas pelo Departamento de Assistência Social.

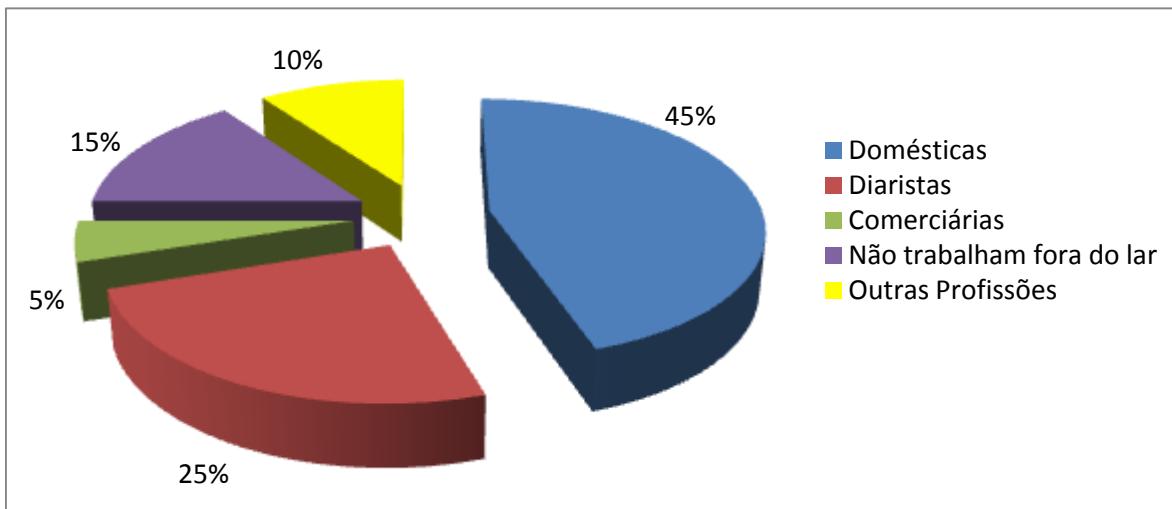
No gráfico 1, a seguir, observam-se os seguintes percentuais das mães gestantes: 48% têm idade de 19 a 30 anos; 35% de 31 a 40 anos; 15% de 14 a 18 anos e 2% acima de 41 anos.



**Gráfico 1 - Idade das mães gestantes.**

Avalia-se que a população-alvo é constituída de mães jovens, adultas e senhoras de até 40 anos, com um percentual muito pequeno daquelas que têm acima de 41 anos. As mães gestantes podem ter uma trajetória de vida em que os anseios voltados para a saúde, bem-estar e boa educação dos filhos (Centro de Educação Infantil) sejam prioridades na comunidade em que vivem, tendo como vertente principal a OMEP/BR/MS, cuja interlocução gerou bons frutos e pode também dar continuidade a esse processo educativo de ensino-aprendizagem.

Quanto à profissão das gestantes, 45% trabalhavam como domésticas, 25% exercem a função de diaristas, 15% trabalhavam no lar, 10% outras profissões, e 5% comerciais. Pode-se observar que a maioria das mães gestantes possuía um trabalho fora do lar e precisam dele para contribuir na renda da família (Gráfico 2).

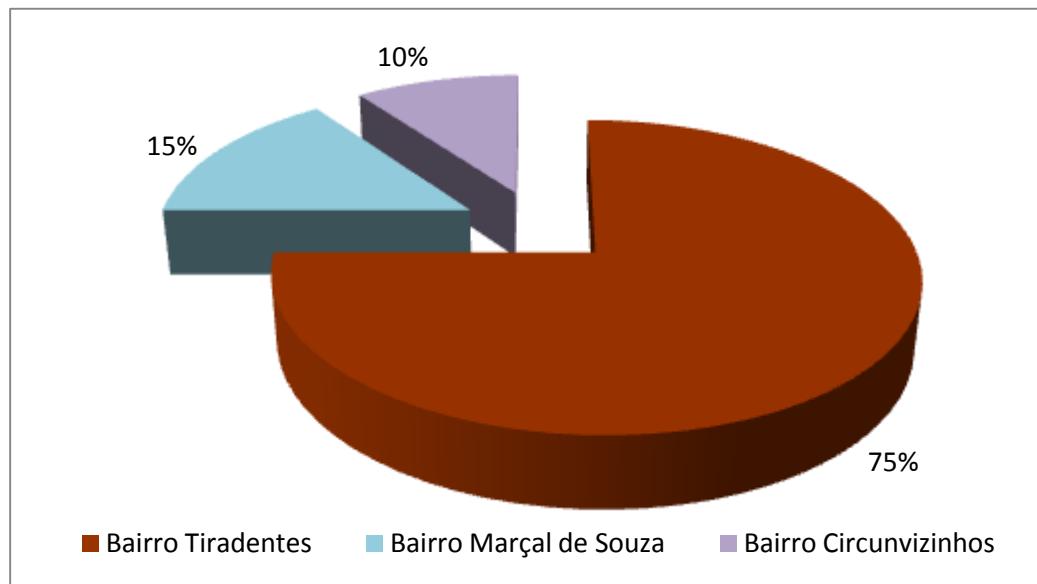


**Gráfico 2 - Profissão das mães gestantes.**

De acordo com o censo do IBGE (2010), os serviços domésticos, mesmo que a população ocupada esteja diminuindo (de 7,6% em 2003 para 6,9% em 2011), ainda predomina nesse setor a mão de obra feminina (94,8%), percentual idêntico ao registrado em 2003.

Permite-se, portanto, avaliar que a situação da comunidade das gestantes tem a mesma correlação com os dados estatísticos do IBGE relacionados ao trabalho doméstico. Identifica-se também que se somarmos 45% das gestantes que trabalham como domésticas, as diaristas 25% e mais 15% que trabalham no lar, atinge-se o percentual de 85% que não trabalham em outras atividades a não ser atividades domésticas. Dessa maneira, a OMEP/BR/MS pode ser a agente de desenvolvimento local incentivando as mães por meio da participação nas oficinas gerando, então uma melhor qualificação profissional.

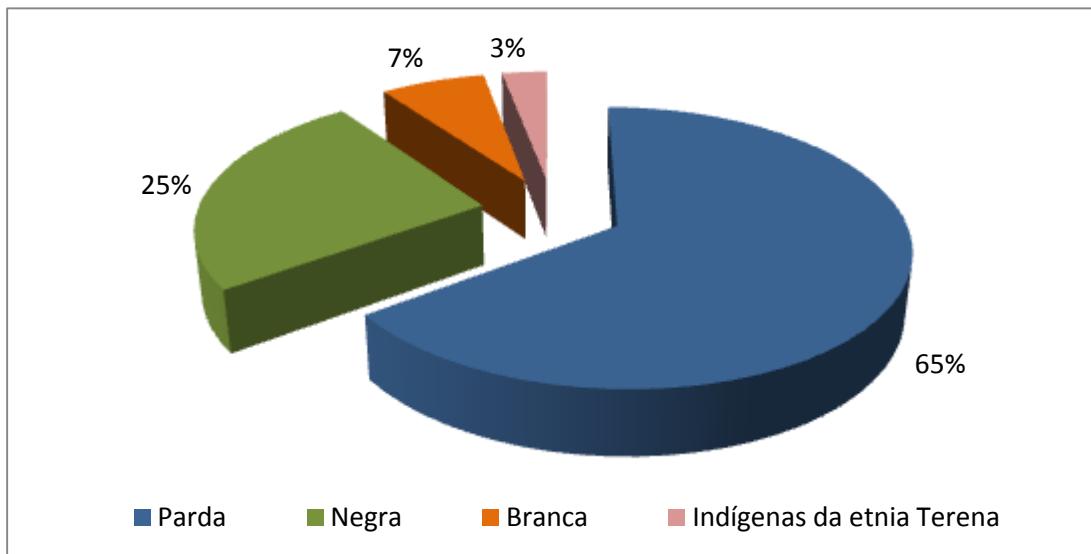
Quanto à residência das participantes, verificou-se que 75% residem no bairro Tiradentes, 15% na comunidade Marçal de Souza e 10% em bairros do entorno à sede da OMEP/BR/MS (Gráfico 3).



**Gráfico 3 - Localidade da residência das gestantes.**

Os dados do Gráfico 3 assinalam-se que o espaço residencial das gestantes pode criar uma reordenação territorial atribuindo a essas gestantes uma identidade por meio da organização e troca de relações em todos os níveis (educação, saúde, lazer, entre outros). Por essa razão, o território pode ser entendido como uma “configuração territorial ou geográfica tendo como alicerce sua materialidade, ainda que tenha uma existência social dada pelas relações sociais” (SANTOS, 1988, p. 51). O território, na maioria das vezes, é a razão para as relações humanas em que as mães gestantes podem se reconhecer como um ser social importante na construção das relações sociais do lugar, podendo gerar até um sentimento de pertença.

Referente à cor das mães gestantes constatou-se que 65% têm cor parda; 25% negra; 7% branca. Também se constatou que 3% das mães gestantes são indígenas (etnia Terena).



**Gráfico 4 - Cor das mães gestantes.**

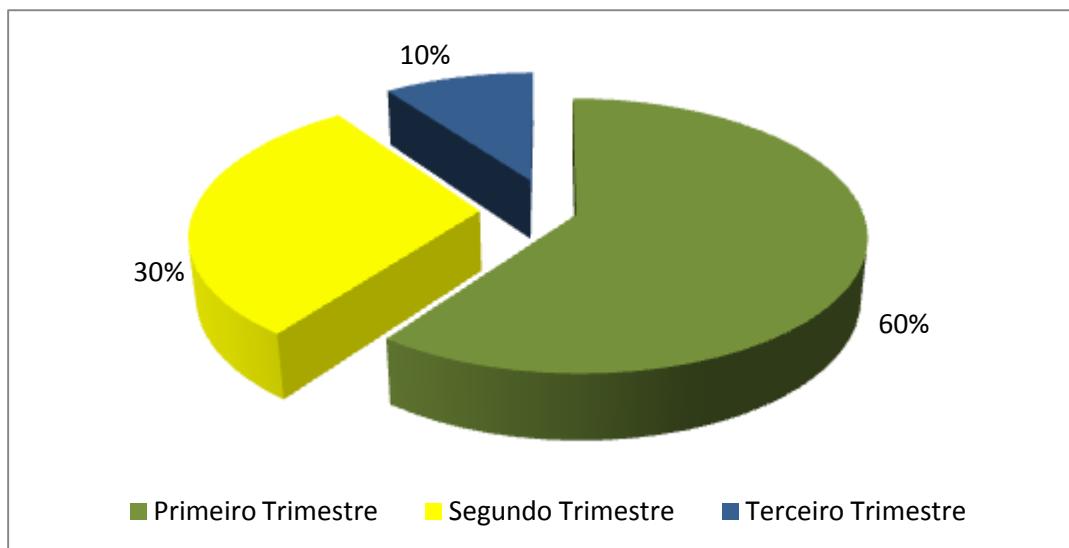
De acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE), a maioria da população branca prevalece entre a população brasileira urbana, totalizando: 91.051.646 - branca; 14.517.961 - negra; 82.277.333 - parda; 2.084.288 - amarela; 817.963 - indígena e 6.608 - sem declarar. Conclui-se, que no bairro Tiradentes a situação é quase que inversa aos dados do censo, uma vez que pardos e negros são maioria, e com a inserção indígena a cor branca fica quase imperceptível. Cada etnia e cor trazem suas tradições, suas diversidades, individualidades e valores que influenciam de modo efetivo nas relações comunitárias.

Educar a diversidade é fazer das diferenças um trunfo, explorá-las na sua riqueza, possibilitar a troca, proceder como grupo, entender que o acontecer humano é dentro de avanços e limites. A busca do novo, do diverso, que impulsiona a nossa vida deve nos orientar para a adoção de práticas pedagógicas, sociais e políticas em que as diferenças sejam entendidas como parte de nossa vivência, e não como algo exótico ou como desvio ou desvantagem. Como respeitar as diferenças e, ao mesmo tempo, intervir em situações e práticas culturais que ferem os direitos humanos? Como a humanidade, permeada por tantos interesses e pelo jogo de poder, poderá equacionar essa situação? Respeitar a diversidade cultural não se restringe ao elogio e às diferenças. Significa uma reflexão mais densa sobre as particularidades dos grupos sociais. Representa a adoção de políticas públicas que contemplem a comunidade. Tal conduta, certamente, resultará em uma

mudança nas relações de poder, na redefinição de escolhas e no estabelecimento de uma verdadeira democracia (GOMES, 2002, p. 117-118).

Esse espaço das Mães Gestantes pode abrir possibilidades para que a questão da diversidade cultural encontre paradigmas para o entendimento de ações que proporcionem o processo de desenvolvimento humano na comunidade.

No ano de 2012, foram atendidas 62 gestantes, das quais 60% procuraram a instituição no primeiro trimestre; 30% no segundo trimestre e 10% no último trimestre (Gráfico 5).



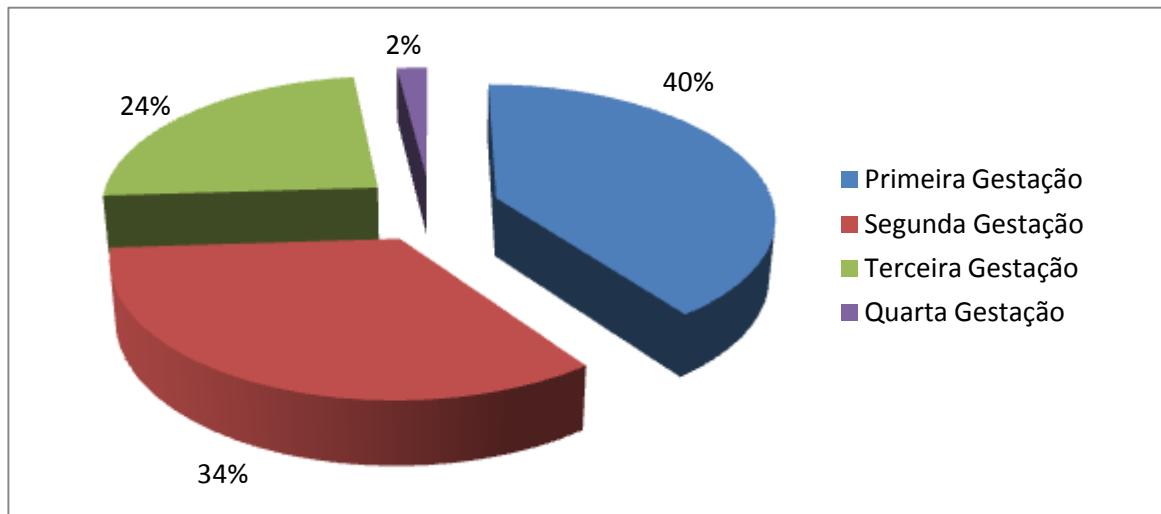
**Gráfico 5 - Período inicial no Espaço Mãe Gestante.**

Ressalta-se que o interesse em participar do espaço da mãe gestante foi significativo, pois à medida que as grávidas ficaram sabendo das ações, procuraram a entidade para se inserir no referido projeto.

Castel (1998) evidencia que o desafio em diferentes sociedades responde diretamente à mobilização com base em incentivos e comunicações verbais que podem gerar atitudes solidárias que poderão ser enraizadas por um longo período. Ainda para esse autor, as intervenções podem contemplar atitudes solidárias, auxiliando assim a comunidade como um todo.

No aporte de Carvalho (2008), a promoção e o contato direto entre os participantes de um projeto criam meios de acessibilidade e relações mútuas para gerar a melhoria da qualidade de vida comunitária.

No que se refere ao número de gestação das participantes, identificou-se que 40% estavam na primeira gravidez, 34% na segunda, 24% na terceira e, somente 2%, na quarta gravidez (Gráfico 6). Não houve no grupo gestante com mais de quatro filhos, informações que têm relevância quando da escolha dos temas das oficinas e das palestras.



**Gráfico 6 - Número de gestação das participantes.**

Os dados do referido gráfico demonstram que as mães, de uma forma geral, estão optando por não ter muitos filhos, objetivando assim participar mais ativamente da vida escolar de seus filhos e também de sua saúde, por meio das ações da OMEP/BR/MS.

Dessa forma, essa questão social implica questão de integração e inserção dessas mulheres no convívio social, buscando ideias diversificadas para diagnosticar, explicar, solucionar ou eliminar problemas existentes no seio familiar (WANDERLEY, 1999). A questão social, portanto, significa, desde logo, saber quem estabelece as condições para que ela viva bem na comunidade em que está inserida. Castel (1995, p. 18) assinala que:

A ‘questão social’ é uma aporia fundamental sobre qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. Ela é um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade de existir como um conjunto ligado de relações de interdependência.

Evidencia-se, portanto, que a relação social precisa superar os desafios que surgem ao longo do tempo na comunidade, interligando as relações entre o poder público e a comunidade para a efetivação de um *modus vivendi*.

### 3.1.2 Avaliação do Espaço Mãe Gestante pelas usuárias

Para se ter uma visão real das atividades das usuárias realizaram-se entrevistas, objetivando avaliar todas as atividades desenvolvidas durante a participação das mães no espaço da OMEP/BR/MS.

Além dos questionários aplicados as usuárias descreveram em seu diário de campo<sup>2</sup> a motivação da procura pelo projeto, o sentimento que demonstram pela localidade e as expectativas como futuras mães em relação a sua inserção nesse tipo de atividade.

No primeiro momento perguntou-se se as expectativas de quando elas pensaram em participar do projeto foi atingida. Identificou-se que 60% foram além das expectativas pela oferta de informações e acesso a bens e serviços públicos e privados; 10% afirmaram que superaram a ideia errônea quanto às exigências para participar do projeto; 30% enfatizaram que seu bem-estar físico e emocional melhorou, principalmente pela convivência prazerosa e troca de informações com os palestrantes e integrantes do grupo.

Verificou-se, também, por meio dos relatos que 12% das mães gestantes buscaram o projeto para obter informações relativas à gravidez, amamentação, sexo na gravidez e cuidados com o bebê. Em outro aporte mencionou-se a importância que o médico proporcionou em momentos distintos, ocasião em que as mães gestantes dialogaram com o médico sobre o parto e os cuidados com o recém-nascido. Um dos dados mais importantes foi que 65% das usuárias almejavam a vaga para o seu filho no Instituto de Educação Infantil/Creche. Além desses serviços 23% das mães gestantes ainda receberam o kit enxoval e o nutricional.

---

<sup>2</sup> Cada usuária recebeu no ato da inserção no Espaço Mãe Gestante um diário para registrar todas as atividades ali desenvolvidas, bem como, as percepções sobre o cotidiano vivenciado na localidade da OMEP/BR/MS. Tais diários foram analisados pela pesquisadora, cuja interpretação está contida nesta dissertação.

Partindo da ótica do Desenvolvimento Local, como requisito para adquirir informações sobre os atores da comunidade e a sua interação com o território vivido, o diálogo direto junto às mães gestantes assinalou suas relações com a comunidade local. Num primeiro momento objetivou-se adquirir informações em relação ao tempo de residência naquela localidade e constatou-se que 75% residem no bairro Tiradentes e se sentem introduzidas na comunidade e gostam de morar lá.

Além do bem-estar das mães gestantes em residir no bairro Tiradentes a pesquisa identificou o sentimento de pertencimento em relação ao bairro que elas residem e pretendem criar seus filhos.

Em circunstância de exclusão, surge a necessidade de contínua formação, com o objetivo claro de dar condições às usuárias de elevar o autoestima, ter uma gestação saudável e até mesmo enfrentar as dificuldades de uma sociedade capitalista. Com essa interferência, as palestras ministradas no projeto Espaço da Mãe Gestante podem colaborar com a formação geral, para possibilitar uma formação crítica com observação da construção de valores éticos para dar condições às usuárias de fazerem escolhas que determinam as relações, como sujeitos dos meios: social, político, histórico e cultural.

### **3.1.3 Avaliação do projeto pela ótica da entidade**

A OMEP/BR/MS possui atualmente 20 profissionais ligados diretamente à execução do Espaço Mãe Gestante, todos com formação específica nas áreas em que atuam, além de receberem capacitação constantemente na metodologia de desenvolvimento de competências para a ação que realizam.

Nesse contexto as entrevistas ofereceram parâmetros para se analisar, com mais precisão o projeto. Foram entrevistados 10 profissionais da entidade (50% da amostra), a saber: a Presidente da Instituição, a Diretora dos Projetos, os Assistentes Sociais, a Nutricionista, Auxiliares Administrativos e Auxiliares de Limpeza.

Nos relatos desses profissionais, observou-se a clara percepção da compreensão da importância da sua função dentro do projeto, como sendo necessária para a construção de uma comunidade mais cidadã. O Espaço da Mãe

Gestante, segundo os depoentes, estimulou a comunidade a observar seus valores como, por exemplo, a dignidade e a ética. Os profissionais mencionaram que se sentiram satisfeitos em proporcionar às usuárias oportunidades de crescimento para enfrentar uma nova etapa em sua vida, na qual criaram vínculos com as mães gestantes nas oportunidades de inter-relações pessoais.

Com o objetivo de prestar um atendimento contínuo à comunidade, a presidente da OMEP/BR/MS destacou em sua entrevista que o Espaço da Mãe Gestante oferece orientações importantes às gestantes durante toda gravidez e, futuramente, atenderá às crianças no Instituto de Educação Infantil da entidade.

A presidente da instituição afirmou que:

Essas gestantes contam com apoio e atendimento nutricional, orientações sobre amamentação, cuidados com o bebê, higiene bucal e o carinho com que são recebidas. Além disso, fazem parte de nossa instituição, já que, futuramente, esses bebês serão atendidos no Instituto de Educação Infantil.

A presidente destacou ainda, a importância do aprender a aprender, de forma que a entidade procure despertar na mãe gestante a busca de relação com as próprias necessidades de atualização e busca do conhecimento necessário, ampliando, assim, a permanente aptidão para uma vida produtiva.

A diretora do Espaço Mãe Gestante enfatizou que quando planeja nos temas das palestras ou das oficinas sempre procura consultar as usuárias do programa para ouvir suas opiniões, o que faz com que elas se sintam inseridas e participantes, ou seja, suas opiniões são relevantes e sempre são contempladas no desenvolvimento das atividades.

### 3.2 ASPECTOS RELEVANTES DO ESPAÇO MÃE GESTANTE

De acordo com as observações *in loco*, aplicação dos questionários, entrevistas e análise de todos os dados, levando-se em conta também o referencial teórico, foi possível assinalar como aspecto de suma importância - a participação das mães indígenas, que foram assistidas pelo posto de saúde do bairro Tiradentes.

Vale ressaltar que, segundo dados do IBGE (2010), mais da metade da população indígena do Brasil mora em áreas urbanas. Foi fundada em 1990, em Campo Grande-MS, a primeira aldeia indígena urbana do país, batizada de Loteamento Social Marçal de Souza. Atualmente 170 famílias, cerca de 9 mil indígenas das etnias Guarani, Kadiwéu, Caiuá, Terena, Ofaíé-Xavante vivem na Aldeia Urbana Marçal de Souza. São indígenas que viviam excluídos ou que vieram do interior, ocupando o referido local. Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população de índios do Brasil.

Outro fato a ser ressaltado foi a contribuição de informações para as gestantes (algumas indígenas) adolescentes na primeira gestação e para as gestantes de risco, além do acompanhamento pelo posto de saúde. Vale esclarecer, ainda, que as mães tiveram a oportunidade de socializar experiências umas com as outras. Entendendo-se que socialização é o processo pelo qual o indivíduo aprende a adaptar-se ao grupo e interioriza normas e valores aprovados pelo mesmo grupo (SILVA, 1987).

Uma das mães gestantes, em sua primeira gravidez, deu o seguinte depoimento:

[...] vim procurar a OMEP por três motivos: 1º - para conseguir a vaga na creche, pois trabalho e é uma forma de ter tranquilidade enquanto trabalho, sabendo que meu filho estará bem cuidado; 2º - para tirar dúvidas em relação à gravidez porque é minha primeira gestação e tinha muitas dúvidas a respeito da mudança que está acontecendo comigo; 3º - para conviver e conversar com pessoas que estão passando pelo mesmo período que eu, saber as sensações de cada uma. Ao entrar no programa da gestante consegui tirar muitas dúvidas, a respeito de tudo, consegui mudar algumas atitudes a respeito ao meu marido e com a ajuda da psicóloga passei a conseguir diminuir minha ansiedade e o nervosismo, me encontro hoje bem mais calma fora que é muito bom conversar e conviver com pessoas que estão passando pela mesma fase. Gostaria que estivesse mais instruções de como cuidar do bebê após o nascimento. Qual a melhor forma de dar banho no bebê como amamentar etc. Quais os perigos para mãe e para o bebê após o nascimento. Gostaria de ter mais palestras com médicos (ginecologista).

Constatou-se por meio dos relatos que o projeto tem sinalizado para a atuação multidisciplinar, colaborando no cuidado à saúde, propiciando uma reorientação nas práticas de saúde das gestantes, mães e seus bebês. A troca de

experiência, em âmbito grupal, vem fortalecer os saberes manifestados pelas usuárias, promovendo ressignificações de conceitos e questões relacionadas à gestação, ao desenvolvimento e ao cuidado do bebê, ao aleitamento materno, estimulando o protagonismo local das usuárias, o fortalecimento da função protetiva da família e suas aquisições sociais e materiais.

Tais resultados foram aferidos também por meio de observação da participação com a presença e manifestação oral das gestantes, nas visitas domiciliares e na frequência das crianças no Instituto de Educação e Educação Marisa Serrano (IEMS).

As parcerias estabelecidas, principalmente com a Prefeitura Municipal de Campo Grande/Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Unidade Básica de Saúde do bairro Tiradentes, levaram em consideração a importância das ações/serviços de acompanhamento pré-natal - consulta para gestante, acompanhamento de saúde ao beneficiário do Programa Bolsa Família e atendimento à criança.

O conceito do Espaço da Mãe Gestante, como propulsor do Desenvolvimento Local, na sua mais intrínseca concepção de desenvolvimento endógeno se confirmou, apontando para a prontidão das usuárias para agirem, por conta própria, pela sua transformação perante a comunidade e por uma nova etapa em suas vidas.

### 3.3 ASPECTOS DIFÍCULTADORES DO ESPAÇO MÃE GESTANTE

A demanda de gestantes foi superior à capacidade de atendimento da instituição. Nesse sentido, optou-se por estabelecer critérios de seleção para o atendimento, tais como a situação de vulnerabilidade socioeconômica, histórico anterior de gravidez, a gravidez de risco, entre outros fatores.

Diagnosticou-se também que a maioria das mães gestantes é motivada a participar do projeto devido ao oferecimento de uma vaga no Instituto de Educação Infantil, o que gera um aspecto dificultador dentro do processo do desenvolvimento local, uma vez que se busca apenas o fator social, ou seja, receber a vaga em troca de sua participação no programa.

Esse resultado é fruto do passado em que a sociedade brasileira conviveu desde o período colonial, passando pelo império, pela república velha, pela era Vargas, pela ditadura militar e pela democracia. Muitos cidadãos ainda não têm o conhecimento, ou muitas vezes não exercem o direito de voz ativa. Na verdade é muito mais cômodo viver as habituais estruturas assistencialistas e beneficiárias do que a própria pessoa buscar por si mesma os mecanismos para ter uma boa qualidade de vida. Muitos cidadãos não têm consciência de seu efetivo protagonismo frente à problemática social da sua comunidade e da importância de se estabelecer uma interação, participação e acompanhamento das atividades desenvolvidas dentro do Espaço da Mãe Gestante.

A OMEP/BR/MS, enquanto entidade formadora de conhecimento, por meio de suas palestras, oficinas e demais atividades, começou a instigar o protagonismo local do grupo de mães gestantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em síntese, é possível afirmar que o cuidado com um grupo de mães gestantes de uma comunidade contribui para uma melhor qualidade de vida das mães e seus filhos, buscando autonomia na procura de saberes. Nesses termos, a formação para um despertar endógeno do desenvolvimento de competências passa a ser fundamental, sendo, portanto, vista como um modelo estimulador do discernimento de forma significativa e duradoura para os atores da comunidade, fomentando o protagonismo individual e coletivo, agregando recursos e potencialidades locais, articuladas com a entidade.

O ator se faz existir a partir de suas relações com a sua comunidade, executando ações nessa comunidade e interferindo nela, considerando seu capital social para conviver com o outro e adquirir novas percepções dos significados na construção e reconstrução de uma comunidade. Os Agentes em Desenvolvimento Local estão nessa mesma estrutura, pois estabelecem um perfil de intervenção da realidade e desenvolvedores de mecanismo, sendo, portanto, corresponsáveis por mudanças individuais e coletivas dentro de uma comunidade.

Quando a comunidade se desperta e projeta-se para profundas alterações, as inovações sociais e econômicas tornam-se alavancas para o desenvolvimento, dando relevância às potencialidades locais, objetivando os atores da comunidade a se compreenderem e envolver o outro, integrando uma corrente de parcerias em prol do desenvolvimento local.

O processo endógeno de desenvolvimento precisa ser produzido dentro do tripé dos métodos científicos, respeitando o conhecimento de cada pessoa e do território vivido e das potencialidades de cada membro.

As mães gestantes participantes do projeto Espaço Mãe Gestante procuram, numa relação dialogal nos campos da educação e da saúde, adquirir

conhecimento e capacidades sobre como lidar com as situações diversas durante a gestação e de convivência dentro de uma estrutura endógena e exógena, que proporciona a adição de saberes e de novas descobertas, aplicáveis a essa nova etapa da vida, na esfera intelectual, da saúde, do ambiente ou na produção de bens e serviços.

Em meio a esse contexto, a mãe gestante precisa desenvolver a capacidade de comunicação oral, conviver em grupo, tomar decisões com autonomia, pensamento estratégico, interpretar e adaptar-se às situações novas, enfrentar as dificuldades e ter opinião sobre os resultados. Para que isso aconteça, faz-se necessário propiciar, dentro do projeto Espaço Mãe Gestante, uma educação sintonizada com os cenários de adaptação da futura mãe, baseada no tripé de desenvolvimento, de competência e das relações sociais.

O Desenvolvimento Local tem como objetivo proporcionar às mães gestantes da comunidade a possibilidade de escolhas dos próprios caminhos para que construam domínios conscientes dos fundamentos sociais, técnicos e científicos, o desenvolvimento de capacidades relativas à cooperação, comunicação, autonomia e criatividade, com condições de transitar pelo território vivido.

Para a construção de saberes, as mães gestantes precisam se apropriar de informações, habilidades e adquirir iniciativas para alcançar os resultados pretendidos, mobilizando saberes e valores para se apropriar de situações de experiência vividas, superando as experiências adquiridas dentro de um contexto para o outro.

Surge então a necessidade de que cada membro, da comunidade, se compreenda a si mesmo e ao outro, por meio de uma sabedoria do território vivido e da valorização de sua identidade cultural.

É nesse conjunto de circunstância de mudanças que está o agente e interventor de realidades vividas pela comunidade e, nessa ação, esse sujeito tem ação e reação, devendo respeitar a cultura, a história e as relações internas e externas mantidas e construídas pelos indivíduos coletivamente em suas comunidades, observando e respeitando os princípios endógenos existentes para a realização de um desenvolvimento verdadeiramente local.

Dentro desses mecanismos, os agentes baseiam-se no Desenvolvimento Local, levando em consideração a dignidade e a valorização dos indivíduos que estão intrinsecamente ligados tanto à realização da melhoria da qualidade de vida do ser humano, posicionando-se como proprietário de seu espaço, de seu mundo e agindo de forma relacional com o outro.

A OMEP/BR/MS realiza ao longo de sua trajetória um papel importante de formação e proporciona à comunidade do bairro Tiradentes uma melhor qualidade de vida, integrando as mulheres na nova etapa de suas vidas, realizando a interação entre o grupo, a partir de um conhecimento individual, desenvolvendo competências e trocas de experiências. Partindo de construções alinhadas à conservação da cultura do local, nas quais esse sujeito interage na comunidade e a formação passa a ocorrer de maneira permanente e endógena a partir das interações das próprias mães gestantes.

As trocas de experiências vividas, valores sócio-histórico-culturais estão dentro do grupo de mães gestantes que, além da identidade, devem valorizar o seu espaço, cujo mecanismo merece uma atenção especial dos agentes que nela executam mudanças.

A formação dentro do projeto Espaço Mãe Gestante como potencialidade para o Desenvolvimento Local, a partir do princípio da educação, facilita a compreensão de que a mudança é uma dinâmica que habilita o Agente do Desenvolvimento Local como um facilitador e mediador da construção e reconstrução do conhecimento para toda a vida. Esse mecanismo, portanto, mostra ser importante que o agente se detecte como parte do sistema, assim como a comunidade e os sujeitos que pertencem a ela, tornando-se assim território local preservado por eles próprios e a eles pertencentes.

Relacionando a pesquisa com as demandas pela perspectiva do Desenvolvimento Local, constatou-se a adesão da OMEP/BR/MS à filosofia do Desenvolvimento Local implantada no Projeto Espaço Gestante e como desafio articular esta perspectiva junto à comunidade de mães gestantes, requerendo atenção por parte dos agentes que nela interfere. No mesmo sentido, buscou-se não somente fortalecer o vínculo entre as mães gestantes e despertar o protagonismo local, mas também entre as diversas famílias das mães do bairro Tiradentes e desenvolver o espírito empreendedor, por meio do fomento do seu

capital social, para que a comunidade de mães apodere-se do projeto por meio do desabrochar do sentimento de pertencimento e tenha a OMEP/BR/MS como parceiro.

Finalizando, a construção dos mecanismos de Desenvolvimento Local não pode se tornar uma estrutura de intencionalidades somente de assistência social, mas uma busca incessante pelo conhecimento dos elementos históricos, sociais, políticos, culturais e econômicos de uma comunidade, para melhorar a qualidade de vida permanente daqueles que vivem em determinado território.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v 33, n. 3, p. 9-16., set./dez. 2004.

AMARAL, Ana Lúcia. **Pertencimento**. 2006. Disponível em:<<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ANDRÉ, Y. **Enseigner les représentations spatiales**. Paris: Anthropos, 1998.

ÁVILA, Vicente Fideles de. Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local. **Interações - Revista Internacional de desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 8, n. 13, p. 133-140, set., 2006.

\_\_\_\_\_. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 1, n. 1, p.63-76, set., 2000.

\_\_\_\_\_. **Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educação**. Disponível em: <[www.desenvolvimentolocal.ucdb.br](http://www.desenvolvimentolocal.ucdb.br)>. Acesso em: 20 fev., 2012.

BAILLY, A. **Géographie régionale et representation**. In: BAILLY et al. **Géographie régionale et representation**. Paris: Anthropos, 1995. p. 25-34.

BARROS, Aidil de Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOURDIEU, P. O capital social - notas provisórias. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANDÃO, José Carlos. **O que é educação?** 33.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995 (Coleção Primeiros Passos).

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. 5.ed. São Paulo: Editora 34, v. 1, 2003.

BROSTOLIN, Marta Regina. Educação e desenvolvimento: uma parceria necessária na construção da emancipação sociocultural das populações indígenas. In: **Revista Tellus**, ano 7, n. 12. abr., Campo Grande: 2007. p. 103-114. Disponível <[http://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus12/6\\_Marta.pdf](http://neppi.ucdb.br/pub/tellus/tellus12/6_Marta.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2012.

CARVALHO, Ana Cristina. **Uma nova visão de mundo**. 2008. Disponível em: <[http://www.acervo.sp.gov.br/artigos/arquivos/uma\\_nova\\_visao\\_de\\_museu.pdf](http://www.acervo.sp.gov.br/artigos/arquivos/uma_nova_visao_de_museu.pdf)>. Acesso em: 6 abr., 2009.

CASTEL, Robert. **Metamorfose da questão social**. Tradução de Mariângela Belfiore-Wanderley. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Les pièges de l'exclusion", Y a-il dês exclus? L'exclusion em débat. Lien Social et Politiques. **RIAC**. París: Quebec, 1995.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura - a sociedade em rede**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital. In: LESSER, L. L. **Knowledge and Social Capital: Foundations and Applications**. Boston: Butterworth Heinemann, 1999.

CORRÊA, R.L. Territorialidade e cooperação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 251-256.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. **Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em aberto. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, v. 18, n. 73. Brasília, 2001, p. 11-28.

DOWBOR, Ladislau. Educação e desenvolvimento local. São Paulo, 2006. IBAM, Municípios. **Revista de Administração Municipal**, fev./mar., 2007. Disponível em: <<http://dowbor.org/artigos.asp>> Acesso em: 10 maio 2013.

FERREIRA, Maria Olympia da Silveira; PERIM, Maria da Luz Fernandes (Orgs.). **A história da OMEP no Brasil - 1953-2003 - Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Ravil Editora, 2003.

FRAGOSO, A. Contributos para o debate local sobre o desenvolvimento. **Revista Lusófona de Educação**. Campo Grande: Edições Universitárias Lusófanas, 2005.

FREIRE, P; GUIMARÃES, S. **Sobre educação: diálogos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Educação e comunicação; v. 9)

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 32.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FUKUYAMA, F. **A grande ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, como negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, n. 2, 2002.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização: **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, n. 2, ano 4, v. 1. 15 ago., 2007.

Disponível em: <<http://www.unifal.mg.edu.br/geres/files/territorio%20 globaliza%C3%A7ao.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2013.

HAVERI, Arto. Strategy of comparative advantage in local communities. **Oulavirta: Lasse**. Disponível no site: <<http://www.uta.fi.com.br>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010/2011**. Disponível em: <[www.ibge.br](http://www.ibge.br)>. Acesso em: 20 nov. 2013.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td\\_0857.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0857.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2013.

KOZEL TEIXEIRA, Salete. **Das imagens às linguagens do geográfico**: Curitiba a Capital ecológica. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, 2001.

LAURIANO, Carolina e DUARTE, Nathália. **IBGE atualiza dados do Censo e diz que Brasil tem 190.755.799 habitantes**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/ibge-atualiza-dados-do-censo-e-diz-que-brasil-tem-190755799-habitantes.html>>. Acesso em: 12 set. 2013.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Construção humana de espaço, lugar e território**. Campo Grande: UCDB, 2006.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade** São Paulo: Moraes, 1991.

MAKARENKO, Anton. **Poema pedagógico**. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 3, n. 5, p. 51-59, set., 2002.

MATURANA, H. **Emoções e linguagens na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MORETTO, Cleide Fátima. O capital humano e a ciência econômica: algumas considerações. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 5, n. 9, 1997.

MOTTA, Maria Cecilia Amendola da. **Educação infantil** - A OMEP e o direito da criança como política pública. Campo Grande - MS: UCDB, 2004 (Col. Teses e Dissertações em Educação, v.1).

NOGUEIRA, M. **Sete Lagoas**: a dinâmica funcional de um lugar na rede urbana de Minas Gerais, 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - UFRJ/IGEO, Rio de Janeiro, 2003.

ORTEGA, J. **Educación social especializada**. Barcelona: Ariel, 1999.

PALÁCIOS, Marcos. O medo do vazio: comunicação, socialidade e novas tribos. In: RUBIM, A. A (org.). **Idade mídia**. Salvador: UFBA, 2001.

PETRUS, Antoni. **Novos âmbitos em educação social**. Profissão: Educador Social. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAFFESTIN, Claude. O que é o Território? In: **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 144-220.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**: (1930/1973) Petrópolis: Vozes, 2010.

SALMAZE, Maria Aparecida; CALDEIRA, Liliam Cristina. **30 anos da OMEP/BR/MS** - Um passado de luta, um presente de trabalho e um futuro promissor. Campo Grande: OMEP/BR/MS, ano.

SANTOS, M. **Ensaio de geografia contemporânea**. São Paulo: Hucitec, 2001.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: espaço e tempo; razão e emoção. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. O espaço: sistema de objetos, sistemas de ação. In: **A natureza do espaço**: técnicas e tempo - razão e emoção. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Benedito (Org.). **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SIMÃO, Inez Marinho Américo dos Reis; MORETTINI, Marly Teixeira. **Programa creches domiciliares uma experiência em foco**. Campo Grande: OMEP, 1996.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. **O lugar de todo mundo** - a geografia da solidariedade. 1997. Texto apresentado em SEMINÁRIO NA BAHIA, em Junho de 1997, organizado pelo Programa de Pós-Graduação e pelo Departamento de Geografia da UFBA.

SPINELLI JUNIOR, Vamberto. Bauman e a impossibilidade da comunidade. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais** - CAOS, n. 11, p. 1-13, out., 2006. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos>>. Acesso em: 6 jun. 2013.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F (Org). **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Nacional; EDUSP, 1973.

TRILLA, J. O “ar de família” da pedagogia social. In: ROMANS, M; PETRUS, A; TRILLA, J. **Profissão educador social**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar** - perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

\_\_\_\_\_. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. O social, a pobreza e o descompromisso governamental. **Revista Paula**, ano I, n. 1. dez. Brasília INESC, 1999.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A**  
**Modelo de questionário aplicado às participantes do projeto Espaço Mãe Gestante**

Com o objetivo de identificar o que representa o projeto Espaço Mãe Gestante para a OMEP/BR/MS aplicou-se este questionário, o qual possibilitará a sua percepção relacionada às atividades que você participa.

Agradecemos a todas pelas informações, às quais serão disponibilizadas na dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da UCDB, cujo retorno será apresentado em uma reunião específica na OMEP/BR/MS.

Não há a necessidade de você assinar este questionário.

**DADOS GERAIS**

**1. Idade**

- 14-18 anos       19-30 anos  
 31-40 anos       Acima de 41 anos

**2. Profissão**

- Domésticas  
 Diaristas  
 Comerciárias  
 Não trabalham fora do lar  
 Outras Profissões

**3. Localidade em que reside**

- Bairro Tiradentes  
 Aldeia Marçal de Souza  
 Bairros do entorno

**4. Cor**

- Parda  
 Negra  
 Branca  
 Outra. Qual? \_\_\_\_\_

5. Período da gravidez em que se inseriu no Espaço Mãe Gestante

- Primeiro trimestre
- Segundo trimestre
- Terceiro trimestre

6. Número de gestação da participante

- Primeira gestação
- Segunda gestação
- Terceira gestação
- Quatro gestação

## APÊNDICE B

### Entrevista semiestruturada direcionada aos dirigentes da entidade

<b>DADOS SOBRE INFORMANTE</b>
<b>PROFISSÃO:</b>

Com o objetivo de identificar o que representa o projeto Mãe Gestante para as mães e/ou as futuras mães que estão em processo de formação profissional, estamos realizando esta pesquisa qualitativa.

Agradecemos a todas que se dispuser a responder as questões a seguir, o que vai possibilitar a percepção real de conceitos, para construir uma proposta diferenciada para as ações de formação dos projetos da OMEP/BR/MS e ao mesmo tempo subsidiar estudos e análises sobre Desenvolvimento Local.

**1. A comunidade local foi consultada sobre a demanda para implantação do projeto?**

---



---

**2. Existem espaços para a comunidade participar do planejamento, execução e avaliação das atividades oferecidas?**

---



---

**3. Você pode identificar ações de mobilização e organização dos atores da comunidade envolvidos no projeto (campanhas, conferências, conscientização acerca dos direitos e leis)**

---



---



---

**4. A OMEP estabeleceu mecanismo de avaliação dos serviços e atividades prestados?**

---



---

**5. Qual o impacto deste projeto para a comunidade local?**

---



---